



Maria de Lourdes Soares (Org.)

**TEIAS**

**URBANAS:**

Estratégias de Sobrevivência,  
Transformação e Inovação





Maria de Lourdes Soares (Org.)

TEIAS

URBANAS:

Estratégias de Sobrevivência,  
Transformação e Inovação

© 2023 Editora Licuri  
Rua Florianópolis, 800  
CEP: 58417-240 - Campina Grande, Paraíba  
E-mail: contato@editoralicuri.com.br  
Site: editoralicuri.com.br

#### **Produção Editorial**

**Editor Chefe:** Dr. Jaily Kerller Batista de Andrade

**Revisão:** Os Autores

**Diagramação e Capa:** Aline Soares de Barros

**Créditos da capa:** Editora Licuri

#### **Conselho Editorial:**

Dr. Leandro Donizete Moraes

Dra. Priscila Bernardo Martins

Dr. João Paulo Laranjo Velho

Dra. Nádia Vilela Pereira

Dr. Jaily Kerller Batista de Andrade

S676 Soares, Maria de Lourdes.

Teias Urbanas: Estratégias de Sobrevivência,  
Transformação e Inovação/Maria de Lourdes Soares -  
Campina Grande: Licuri, 2023.

Livro digital (101 f.: il.)

ISBN 978-65-85562-10-2

DOI <https://doi.org/10.58203/Licuri.2102>

Modo de acesso: World Wide Web

1. Área Urbana - Brasil. 2. Ciências Humanas - Brasil. 3.  
Sociedade. I. Soares, Maria de Lourdes, org, II. Título. Brasil.  
III. Título.

CDD - 613



O conteúdo deste livro está licenciado sob atribuição de licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

O conteúdo dessa obra e a sua revisão expressam estudos, opiniões e abordagens que são de responsabilidade exclusiva dos autores.

## APRESENTAÇÃO

Nas trilhas intrincadas das cidades modernas, a vida se desenrola em uma dança constante de complexidades e desafios. Cada rua, cada esquina é um cenário de histórias únicas, onde os destinos das pessoas se entrelaçam e as narrativas da existência humana ganham vida.

Nessa obra, exploraremos uma miríade de tópicos que sondam as profundezas da vida nas cidades contemporâneas. Desde as estratégias emergenciais de sobrevivência urbana nos abrigos de rua, até as nuances das subjetividades femininas refletidas no cabelo e na representação sígnica. Juntos, mergulharemos na evolução do mercado de trabalho formal, viajando pelo tempo para entender as transformações que afetaram trabalhadores jovens e aqueles experientes com mais de 50 anos no Ceará, nos anos de 2013, 2017 e 2021.

No âmago deste livro, enfrentaremos a lacuna na política nacional de migrações, explorando as histórias dos novos apátridas que emergiram desse vazio legal. E também acompanharemos a jornada das subjetividades empreendedoras que estão moldando o cenário do 4º Distrito de Porto Alegre, trazendo novas perspectivas e inovações.

Além disso, nossa exploração nos levará a contemplar a revitalização do centro histórico da encantadora cidade de João Pessoa. Através dos olhos e experiências das famílias ribeirinhas do Porto do Capim, descobriremos como a herança e a modernidade se entrelaçam, redefinindo o coração da cidade.

Neste ebook, abrimos as portas para uma jornada enriquecedora por meio de narrativas que definem a vida urbana. Convidamos você a se aprofundar nas histórias, nas análises e nas reflexões que moldam nossa compreensão das cidades e da humanidade que nelas habita.

Boa leitura!

## **SOBRE A ORGANIZADORA DA OBRA**

### **Maria de Lourdes Soares**

Post Doctor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, SP, 2018), Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1989), Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1995), Licenciatura em Ciências pela Universidade Federal da Paraíba (1982). Professora titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na qual foi coordenadora do Laboratório de Estudos e Práticas Sociais (LEPS/DSS/UFPB), Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB) e Chefe do Departamento de Serviço Social (DSS/CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com experiência na área de Antropologia cultural, questão regional Nordeste, questão rural e urbana. Atua principalmente nos seguintes temas: políticas sociais e assistência, pequena produção rural, habitação social, sociedades tradicionais, negação de direitos, desigualdades sociais, riscos sociais e precariedades nas áreas rurais e nos grandes centros urbanos, comunidade e inclusão.

## SUMÁRIO

<b>Abrigos de rua: estratégias emergenciais de sobrevivência urbana</b>	<b>1</b>
Letícia Vasques Zerati; Vera Santana Luz	
<b>Cabelo e representação sígnica: análise das subjetividades femininas</b>	<b>16</b>
Vanderlúcia Alves da Silva; Celme Torres Ferreira da Costa	
<b>Evolução do mercado formal para trabalhadores jovens e acima de 50 anos no Ceará em 2013, 2017 e 2021</b>	<b>34</b>
Maria Jeanne Gonzaga de Paiva	
<b>A lacuna na política nacional de migrações e o surgimento dos novos apátridas</b>	<b>46</b>
Pedro Carneiro Brasil	
<b>Criando e Inovando no 4º Distrito: contribuição das subjetividades empreendedoras em Porto Alegre</b>	<b>57</b>
Luiz Henrique Apollo da Silva ; José Luís Abalos Júnior; Joana de Oliveira Winckler	
<b>A revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa: as Famílias Ribeirinhas do Porto do Capim, Centro Histórico de João Pessoa, Brasil</b>	<b>84</b>
Maria de Lourdes Soares; Maria José das Neves Silva	



# Abrigos de rua: estratégias emergenciais de sobrevivência urbana

## Autoras:

### Letícia Vasques Zerati

*Graduação e Iniciação Científica pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo*

### Vera Santana Luz

*Doutora, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo*

DOI: 10.58203/Licuri.21021

## Como citar este capítulo:

ZERATI, Letícia Vasques; LUZ, Vera Santana. Abrigos de rua: estratégias emergenciais de sobrevivência urbana. In: SOARES, Maria de Lourdes (Org.). *Teias Urbanas: Estratégias de Sobrevivência, Transformação e Inovação*. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 1-15.

ISBN: 978-65-85562-10-2

## Resumo

Este estudo investiga soluções emergenciais adotadas pela população em situação de rua para se abrigar nas metrópoles, tendo como estudo de caso a área central São Paulo e três outras situações pontuais. Diante da desigualdade e violação do direito à habitação que afeta a maioria das grandes cidades brasileiras, o estudo considera a população de rua como exclusão social extrema. Sendo a arquitetura, em seu âmago, o abrigo, tem-se isto como perspectiva, ao analisar estratégias emergenciais da população de rua, em seu estado sistêmico de urgência. O trabalho utiliza a revisão de referências teóricas e pesquisa observacional de campo, como discussão crítica da impossibilidade do estatuto legal, já avançado, em garantir o direito à habitação e à cidade, perante o paradoxal recrudescimento deste contingente. Os abrigos são investigados por meio de inventário sistemático e análise crítica, incluindo registros fotográficos, obtidos em campo. O foco da investigação compreende a tentativa de compreender a dinâmica material dos abrigos de rua, para constituição de um acervo inicial referente ao tema. Da conexão entre a fundamentação teórica, os aspectos legais e a análise dos abrigos, resulta um quadro inicial da condição atual da população de rua, em contraste às noções de direitos institucionais.

**Palavras-chave:** População em situação de rua. Abrigos emergenciais. Expedientes materiais. Desigualdade urbana. São Paulo.

## INTRODUÇÃO

O motivo pessoal pelo qual este estudo nasceu adveio da interrogação latente do que é arquitetura, para que serve, e a revolta do porquê não são todos que a podem acessar. Esta pergunta, foi repensada ao longo da pesquisa, com a compreensão gradual de que nem todos têm acesso a uma arquitetura digna, considerando o contexto da sociedade capitalista atual; entretanto, a necessidade de se abrigar está presente incontinenti nas pessoas, vivendo arquitetura todos os dias e, quando possível, todas as noites, mesmo na extrema precariedade e no ambiente urbano paradoxalmente infraestruturado.

Considera-se, portanto, como abrigo, qualquer expediente, desde uma barraca em local fixo, o espaço livre sob uma ponte ou cobertura existente, até um cobertor e alguns pedaços de papelão — todas as situações são arquitetura —, como estratégias na extrema carência, para sobreviver na cidade contemporânea, quando não há provimento ou garantia de moradia.

Buscou-se analisar essa arquitetura, elencando os materiais empregados, estratagemas e rudimentos técnicos utilizados, relação com os locais da cidade onde se encontram essas instalações, sua permanência ou transitoriedade, levando em consideração o contexto e a permeabilidade ou rechaço do tecido urbano. Acredita-se que a observação e sistematização destes processos pode orientar o entendimento das necessidades não atendidas como direito e possa inspirar, futuramente, ações concretas e políticas públicas, bem como evidenciar as potencialidades das pessoas, mesmo em condições extremas.

Dentro da estrutura de uma pesquisa maior, orientada pelo Grupo de Pesquisa onde se insere este trabalho, a área de estudo elencada foi o centro da cidade de São Paulo, como exemplaridade, dada a complexidade de seu caráter metropolitano, onde foram observados esses expedientes de arquitetura que permeiam as ruas, calçadas, praças, largos, baixos e elevados, dentre outros espaços públicos, em suas particularidades e situações distintas. Esta investigação limitou-se aos aspectos materiais e contextos, tendo consciência da provisoriedade dos abrigos de rua e das apropriações do espaço urbano, bem como da maior complexidade do tema. Relações diretas no âmbito pessoal dos moradores de rua não foram consideradas como foco principal de observação, dada a



complexidade deste escopo perante o período destinado à pesquisa, mas compreendeu-se que observar e analisar a materialidade de um abrigo, no contexto do estudo de caso, pode constituir insumos sobre a forma como vivem, concretamente.

A discussão da clássica relação centro-periferia, onde o primeiro é território de privilégios e o segundo de exclusão, adquire novos matizes em formulações teóricas mais recentes (TORRES *et al.*, 2003). A migração do capital e das classes hegemônicas no sentido sudoeste, em São Paulo (VILLAÇA, 2001; ROLNIK, 2007; FIX, 2007), acarreta o abandono das elites da região central, especialmente do centro histórico, e sua popularização. Nesse fenômeno, os moradores de rua são protagonistas da crise urbana, prevalecendo sua ocupação nesses territórios em que, embora à margem da sociedade, como “excluídos de tudo”, têm maior condição de sobrevivência, na urgência, aproveitando das migalhas que a oferta de infraestrutura das áreas centrais disponibiliza e cujos espaços públicos outrora símbolo de opulência, mostram seu avesso que, em verdade, é sua face mais contundente (FIPE, 2015).

Tendo em vista o panorama o centro da cidade de São Paulo, o estudo investigou abrigos emergenciais de rua, em sua materialidade, além de observar os mecanismos adotados e soluções encontradas pela população em situação de rua, para se abrigar e buscar sobreviver no meio urbano, perante o cenário recorrente de desigualdade. A partir da perspectiva da violação do direito de morar, garantido constitucionalmente, tem-se em vista o panorama extremo da disparidade socioeconômica, e, portanto, espacial, que atinge a maioria das grandes cidades brasileiras, como também mundiais.

No quadro apresentado, este estudo teve, como intenção primária, tentar compreender e discutir, uma pequena parte, como amostragem, do que muitos tentam ignorar, nesta dinâmica urbana que permeia o cotidiano dos habitantes das cidades — todos cidadãos. Como objetivo, portanto, pretendeu-se criar um arcabouço de informações por meio da sistematização dos dados observados e sistematizados, para constituir um o acervo específico, como contribuição, acerca do tema dos abrigos de rua.

## METODOLOGIA

O trabalho foi constituído com base na seleção e investigação de referências para fundamentação, incluindo uma revisão da literatura teórica bibliográfica sobre a

urbanização brasileira, com enfoque específico no fenômeno urbano de São Paulo. Neste âmbito, foram analisados livros, artigos, teses e dissertações acadêmicas, disponíveis em diferentes meios. Dentre os autores utilizados como referência salientamos, Bonduki (1999; 2018; 2020), Esquinca (2013), Montes (1995), Maricato (2018) e Rolnik (2007).

A pesquisa compreendeu a articulação de dados censitários e socioeconômicos municipais, tais como os Censos da População em Situação de Rua de 2015 e 2019, (FIPE, 2015; QUALITEST, 2020), realizando, paralelamente, a investigação de marcos legais, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) e leis e políticas municipais de São Paulo, concernentes ao tema.

Após o estudo sistematizado da seleção de referências e a construção do embasamento teórico acerca do fenômeno urbano em São Paulo e do estatuto legal, foi elaborada a metodologia de observação e análise dos estudos de caso. Foi selecionada uma amostra de diferentes abrigos nas ruas, em áreas públicas centrais da cidade de São Paulo, dois exemplares em bairros do considerado centro expandido, Higienópolis e Vila Mariana, e outro na zona sul da cidade, a Chácara Santo Antônio. Alguns indicaram certa permanência em determinados espaços, o que possibilitou um acompanhamento temporal; já outros foram observados uma só vez, em momentos oportunos, dada sua condição nômade.

Referente à análise dos estudos de caso, elaborou-se um processo analítico, para sistematizar os abrigos de forma a possibilitar a contabilização e comparação de dados e imagens documentais coletados. Como metodologia da observação do estudo de campo, primeiramente as fotos realizadas foram datadas, permitindo o registro do acompanhamento no tempo, de alguns dos casos de estudo. Como mencionado, devido à efemeridade de sua situação, uma certa parcela investigada não permitiu relatos em mais de uma data, evidenciando a transitoriedade de instalação deste contingente no espaço urbano. Os abrigos foram registrados de acordo com sua localização, por endereço ou proximidade a pontos referenciais, constituindo um mapa geral da localização dos exemplares estudados.

Para os resultados das análises, foi criada uma ficha padrão mestra com oito campos, que foram julgados importantes para a investigação, de cunho material e pessoal. Os itens de classificação compreenderam: o mapa de localização; a(s) fotografias de registro realizada(s); o local do espaço público de implantação; os materiais utilizados

para o abrigo; mecanismos de constructo; rudimentos indicativos de trabalho; rudimentos indicativos de pertences pessoais; rudimentos indicativos de interação afetiva com pessoas e/ou animais. Os abrigos foram classificados em estágios (inferior, médio e avançado) de acordo com sua complexidade, sendo a eficácia da proteção a principal diretriz de classificação, considerando que um material de menor qualidade não necessariamente oferece menor proteção que um de maior qualidade, dependendo da maneira como é aplicado e utilizado pelo indivíduo. Situações com observação em mais de uma data geraram mais de uma ficha para o mesmo abrigo. Dessa forma, foi possível analisar todos os dados de cada abrigo investigado, qualificar, correlacionar e contabilizar os dados. Desse modo, resultou do estudo de campo e sua análise, catalogação sistematizada das informações que configurou uma série de tabelas. Atribuiu-se um número para cada tipo de material, sendo este ditado pelos atributos de durabilidade, capacidade de proteção e utilidade dos pertences. Foi possível, assim, comparar as situações materiais e pertences, graus de permanência, diversidade de locais de implantação e um primeiro cotejamento entre abrigos localizados na área central daqueles localizados em áreas não centrais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cotejamento dos marcos legais referentes ao direito à cidade e moradia, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (BRASIL, 1988; 2001; 2020), evidenciam o descaso sofrido pela população em situação de rua como inconstitucional. O direito à moradia é garantido desde 2000, a partir da Emenda Constitucional n°26, de 14 de fevereiro de 2000, que inclui moradia como um direito social:

[...] São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a **moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a **assistência aos desamparados**, na forma desta Constituição. (BRASIL, 2020, art. 6, grifo nosso)

Com o crescimento da população urbana na cidade de São Paulo a partir dos anos 1940, a expansão do tecido urbano foi expressiva. O grande contingente de migrantes na cidade, a ineficácia de políticas públicas de habitação e infraestruturas, além dos fatores

econômicos na relação capital e trabalho, acarretou uma grande ocupação das bordas da cidade pelas classes subalternas, ampliando e espraiando significativamente a área urbanizada. Como consequência, as habitações autoconstruídas incompletas e a urbanização improvisada configuram essa paisagem, que chega ao seu paroxismo, até nossos dias.

Perante esta condição estrutural, que abrange o grande crescimento populacional na metrópole, crises sucessivas em 1980 – com repercussão nos anos 1990 – e em 2008, com aumento significativo de pobreza e desigualdade, o número de pessoas que passaram a viver nas ruas se torna, somente em 2009, um tema de políticas públicas (BRASIL, 2009), a despeito do que este contingente tem crescido nos últimos anos (SÃO PAULO, 2015; QUALITEST, 2020).

## Exemplo de estudo de caso

Os abrigos, analisados a partir de observação e registros fotográficos realizados em campo, gerou a amostragem de treze abrigos, totalizando quarenta fotografias. Este conjunto foi dividido em duas categorias: abrigos nômades, observados e fotografados em apenas uma data, com informações instantâneas (totalizando 9); e abrigos acompanhados por mais de uma data, permitindo a análise nas esferas de espaço e tempo (totalizando 4). Deste conjunto, dez se localizaram na área central da cidade de São Paulo, e três se encontraram externos a essa área, nos bairros do centro expandido – Higienópolis, Vila Mariana e em um bairro na zona sul, Chácara Santo Antônio.

Como referido, para os estudos de caso, foi desenvolvido um método que consiste na eleição de alguns elementos, que foram observados e catalogados em tabelas, para possibilitar a construção de uma sistematização adequada. A análise dos abrigos se deu a partir dos dados resultantes da observação. A tabela mestra, com oito campos que julgados importantes para a investigação, consideraram:

- Local de implantação: que aponta a tipologia do espaço da cidade onde o abrigo é localizado, como, por exemplo, praça, calçada, baixo de viaduto, canteiro central, calçadão, entre outros;
- Estágio do abrigo: uma classificação estabelecida para catalogar os abrigos de acordo com o grau de proteção, em três categorias: inferior – abrigos que apresentam proteção mínima, sem cobertura ou vedações, configurados apenas com o expediente



de utilização de determinado elemento como proteção, sem alterá-lo, necessariamente, para confecção; intermediário – abrigos com proteção mediana, que podem apresentar alguma vedação ou cobertura montada, mas que contemplam alguma fragilidade na composição da proteção; avançado – abrigos que possuem proteção elaborada como artefato, com cobertura e vedações.

- Materiais utilizados: que descreve os materiais usados pelos moradores de rua para confeccionar seus abrigos ou materiais apropriados pelos mesmos para elaborar estratégias de montagem;
- Mecanismo(s) de constructo(s): em que é apontada a existência ou inexistência de cobertura ou vedações construídas, e se a construção utiliza anteparos urbanos como muros ou coberturas de edifícios existentes para sua implantação;
- Rudimentos indicativos de trabalho: mediante sinais que possam indicar alguma rotina de tarefas;
- Rudimentos indicativos de pertences: em que são considerados objetos de uso não diretamente relacionados à construção do abrigo;
- Rudimentos indicativos de interação afetiva: mediante observação de indícios de relação com algum(ns) outro(s) morador(es), companhia, animal de estimação, ou ambos.
- Imagens fotográficas da instalação dos abrigos.

De acordo com esta classificação, foram construídas tabelas para cada abrigo, para a análise dos elementos e sua frequência, bem como diferenças entre abrigos e comparativos perante sua localização. Como todos os dados são predominantemente qualitativos, houve alguma dificuldade de compatibilização, essencialmente os dados de materiais utilizados nas construções e os pertences catalogados. Os indicadores de locais de implantação dos abrigos, estágios dos abrigos, rudimentos indicativos de trabalho e rudimentos de interação afetiva não apresentaram dificuldades de compatibilização, visto que consistiram em respostas simples e circunstanciadas.

O impasse na contabilização dos materiais e pertences partiu do pressuposto de que, por exemplo, um pedaço de papelão não possui mesma potência que um estrado de cama, visto que oferece menos proteção, é mais frágil, mais perecível e mais fácil de ser adquirido. Seguindo essa lógica, foi estipulada uma divisão de categorias, levando em consideração o aspecto material do apetrecho, a facilidade de ser encontrado no meio

urbano e a possibilidade de oferecer maior ou menor proteção, novamente reforçando que a proteção de um abrigo não depende apenas do tipo de material que o constitui, mas da forma como é empregado. As categorias foram esquematizadas nas Tabelas 1 e 2.

É importante frisar que a classificação adotada não indica a qualidade dos abrigos como conjunto, visto que o modo com que os moradores utilizam e usufruem dos objetos são distintas, possibilitando variações como: grande número de materiais em abrigos de baixa proteção ou baixo número de materiais em abrigo eficientes e com melhor proteção, constituindo uma análise quantitativa. A tabela mestra, estabelecida a partir dos níveis inferior, intermediário e avançado, considerou a proteção oferecida pelo abrigo, independentemente dos materiais utilizados, como descrito.

Mediante a análise dos abrigos foram contabilizados os materiais utilizados na construção, seja um papelão ou *pallet* usado como base ou piso, um cobertor ou tecido utilizado como vedação ou uma lona como cobertura.

**Tabela 1.** Divisão de categorias e valores atribuídos aos objetos e materiais classificados como “pertences” dos estudos de caso em São Paulo.

Categoria	Pertences	Valor atribuído
A	Sacolas plásticas, papelão, caixas de papelão, galões d'água, roupas, panos	1
B	Material plástico, lonas, espumas, colchões, cadeiras, panelas	2
C	Casinha de cachorro, carrinho de supermercado, estrado	3
D	Veículos, carroças, anexo construído como depósito	5

Fonte: As autoras, 2020.

**Tabela 2.** Divisão de categorias e valores atribuídos aos objetos e materiais classificados como “materiais utilizados” para os abrigos dos estudos de caso em São Paulo.

Categoria	Materiais	Valor atribuído
A	Papelão, caixas de papelão, cobertores, tecidos, panos, tijolos	1
B	Espuma, lonas, material plástico, colchões, <i>pallets</i>	2
C	Estrados e <i>boxes</i> de camas, compensados e madeiras	3
D	Barracas	5

A partir do momento em que um indivíduo se apropria de determinado material e o manipula para conformar um abrigo com vedação, cobertura ou ambas, este foi considerado arquitetura e, dessa forma, foi contabilizado. Os abrigos de estágio inferior foram reputados como estratégias de sobrevivência urbana, devido à ação do indivíduo em se apropriar de determinado material ou mobiliário urbano e aplicar sua habilidade em utilizar de estratagemas, em conjunto com a consideração do espaço da cidade adotado para sobreviver; entretanto, não foram considerados como construção propriamente dita, dado não haver manipulação dos materiais para criar uma estrutura.

Apresentamos, a seguir, o exemplo de um dos abrigos analisados e catalogados (Figura 1; Tabela 3); neste caso o abrigo foi observado em cinco datas diferentes, em intervalo de 14 meses, na área central de São Paulo, na Rua Formosa, defronte ao Vale do Anhangabaú, entre a Praça Ramos de Azevedo e a Praça das Artes. As imagens a seguir são da primeira vez em que o abrigo foi documentado e fotografado.

O abrigo exemplo foi analisado em cinco datas, totalizando um ano e dois meses registrados, de permanência no mesmo local. Foi classificado como avançado, sem variações significativas para mudar de estágio. O gráfico (Figura 2) relacionado aos pertences e aos materiais utilizados na construção do abrigo nas datas analisadas mostra a evolução material do abrigo, adquirindo aparatos mais duradouros e que oferecem maior proteção, como os painéis de madeira compensada, estrado de cama e pertences mais substanciais, como a confecção de um elemento anexo para depósito e um carrinho de supermercado.

O abrigo privilegia as vedações laterais e mostra menor preocupação com a cobertura, visto que se localiza em um calçadão, no recuo de um imóvel abandonado, usufruindo dessa cobertura e nicho existentes. Em alguns momentos são dispostos materiais como lonas plásticas, no vão entre a construção e uma vedação confeccionada pelo morador, utilizando placas de madeira laminada, cordas, pedaços de tecidos e panos amarrados.



**Figura 1.** Exemplo de abrigo estudado, foto realizada dia 29 de novembro de 2019 (Fonte: As autoras). Figura menor: Mapa de localização do abrigo no centro de São Paulo (Fonte: adaptado de Google Maps).

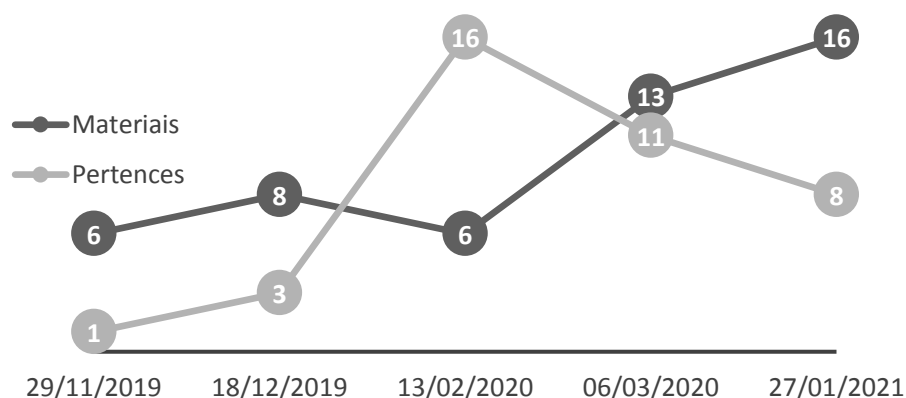
**Tabela 3.** Tabela de dados observados do abrigo exemplo, em 29 de novembro de 2019, no centro de São Paulo.

Local de implantação	Calçadão
Estágio do abrigo	Avançado
Materiais utilizados	Corda, lona preta e tecido como cobertura, box de cama como vedação, madeira laminada
Mecanismo(s) de constructo(s)	Cobertura e vedações construídas
Rudimentos indicativos de trabalho	Não
Rudimentos indicativos de pertences	Sim, sacolas plásticas
Rudimentos indicativos de interação afetiva	Não

A baixa quantidade de pertences pode ser atribuída à organização das vedações do abrigo e ao depósito anexo; esses dois fatores resultam no resguardo dos bens do morador para que não fiquem expostos e, dessa forma, não ficaram identificáveis, apesar da indicação provável de haver outros pertences, não à vista.



Este abrigo é um bom exemplo de caso cujo sujeito aderiu por evidência, por um período de tempo, ao sedentarismo. A análise no tempo mostra que o morador buscou se manter e evoluir seus aparatos o local onde se instalou, adquirindo novos materiais e adotando estratégias para suprir suas necessidades urgentes, como podemos ver pela utilização de um estrado de cama como varal, rudimentos de correlação entre o abrigo e uma casa fixa, na qual o sujeito busca maior complexidade para o abrigo, tentando reproduzir rudimentos de uma residência. A disposição do abrigo na fachada do edifício abandonado, mostra um caso no qual o morador utilizou a preexistência dos grandes pilares de concreto como divisórias de ambientes, indicando uma hierarquia de espaços do abrigo.



**Figura 2.** Comparativo entre materiais e pertences entre as cinco datas de análise do abrigo exemplo, no centro de São Paulo.

Com respeito à evolução de materiais e pertences relativos ao abrigo exemplo, nota-se a franca ampliação dos pertences, até março de 2020, e, depois, uma queda relativa a janeiro de 2021. No que diz respeito aos materiais de constructo, a evolução foi contínua. Entende-se, preliminarmente, que a sedentarização de um abrigo de rua em local fixo tende à ampliação. No entanto, seria necessário o acompanhamento subsequente para conclusões definitivas.

As estratégias emergenciais de sobrevivência urbana investigadas nesta pesquisa abordaram abrigos elaborados, construídos com diversos tipos de materiais e utilizando aparatos da paisagem urbana, mas também consideraram simples ações como, por exemplo, a escolha estratégica de se deitar sob uma árvore para proteção do sol. Observou-se que os materiais mais comuns foram aqueles encontrados em maior

abundância no meio urbano, como papelão e sacolas plásticas; também se viu com frequência, a utilização de lonas plásticas, devido à sua capacidade impermeabilizante. Concluiu-se que esses materiais comparecem, recorrentemente, não apenas devido à quantidade disponível, mas também à necessidade constante de movimentação dos moradores, principalmente os que se instalam nas áreas centrais que, além de se encontrar em situação de vulnerabilidade, precisam lidar com a tomada de seus pertences em ações da zeladoria urbana. Dentre os mecanismos utilizados para a construção dos abrigos, podemos citar o aproveitamento de aparatos do meio urbano como apoio para sua confecção, como muros, bancos, pilares, marquises, anteparos e coberturas, como proteção.

De acordo com a amostragem de estudos de caso, foi possível inferir que os moradores de abrigos em áreas centrais, apesar de disporem da maior oferta de infraestruturas e sobras materiais, devido à localização, precisam lidar com maior frequência de ações da zeladoria urbana (CARDOSO, 2020) e, constantemente, recomeçar a reunir materiais e pertences para a confecção de abrigos, tema que pode ser alvo de desdobramento deste estudo, a partir da suposição de que esses conflitos frequentes agravem as inseguranças dessa população, tornando a situação de vulnerabilidade ainda pior, contrastando com as políticas setoriais para este contingente. Investigar paradoxos entre os avanços do estatuto legal, os planos e programas, que, de certa forma, podem se dar a critério das diferentes perspectivas de cada gestão municipal, seria importante para pesquisas subsequentes sobre a população de rua em São Paulo e sua permanência nos logradouros públicos. Pela relativamente pequena amostragem dos abrigos que não se instalaram no centro, depreendeu-se que, apesar de não serem tão frequentemente violados por ações de zeladoria – permitindo que seus pertences e materiais adquiridos pudessem ser mantidos por mais tempo –, em geral possuem menor oferta de infraestruturas urbanas.

Foi verificável que há graus de complexidade mensuráveis, pelas estratégias de confecção dos abrigos, pela quantidade e qualidade dos pertences complementares ao abrigo, por sinais indicativos de sedentarização ou nomadismo, de trabalho e de interação afetiva. Nesse quadro, especialmente, temos a observação, em uma cidade de caráter metropolitano – cujos índices de desenvolvimento econômico são os mais altos do país –, de que estamos imersos em um sistema em que, apesar da elaboração políticas públicas para atender às consequências de sua lógica excludente, mantém a condição de

desumanização e desigualdade de expressivo contingente de pessoas em situação de rua, dada sua permanência nestas condições. A presença dos moradores de rua é um lembrete diário, em plena vista, que todos veem, mas a maioria tenta ignorar. Morar na rua é, essencialmente, um ato de resistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que, mesmo as pequenas ações em situações extremas de vulnerabilidade, são idealizadas e fundamentais para a sobrevivência em situações extremas. Concluímos, salientando a contribuição desse trabalho para o acervo de conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua. Devido ao embasamento teórico e ao estudo de campo de amostras selecionadas, pretendemos que possa ser uma contribuição na reivindicação sobre os direitos da cidadania, através das análises críticas nele contidas. No grupo de pesquisa em que está articulado, apontou para a possibilidade de seu desdobramento em outros trabalhos, com aprofundamentos etnográficos e diretrizes de projeto e ação, articulados à função social da arquitetura e urbanismo.

Fechando este texto, utilizamos deste espaço para questionar: Abrigos de rua são arquitetura para você?

## REFERÊNCIAS

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

BONDUKI, N. (Org.). *A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor Estratégico de São Paulo*. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.

BONDUKI, N. São Paulo, a cidade onde a população em situação de rua mais cresce no mundo. *Minha Cidade, Vitruvius*, São Paulo, n. 235.01, fev. 2020.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. *Emenda Constitucional n° 26, de 14 de fevereiro de 2000*. Altera a redação do art. 6° da Constituição Federal. Brasília, DF, 14 fev. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2026%2C%20DE,6o%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal.&text=.%22%20\(NR\)-,Art.,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2026%2C%20DE,6o%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal.&text=.%22%20(NR)-,Art.,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. *Lei n° 10.257, de 10 de junho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 10 jun. 2001. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília, DF, maio 2008. Disponível em: <[https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua\\_.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2021.

CARDOSO, W. Prefeitura de São Paulo passa o rapa e leva pertences de moradores de rua. *Folha de São Paulo, São Paulo Agora*, 5 ago. 2020. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/08/prefeitura-de-sao-paulo-passa-o-rapa-e-leva-pertences-de-moradores-de-rua.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ESQUINCA, M. M. M. *Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos bairros Sé e República*. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FIPE. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. PMSP. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. SMADS. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015. Relatório Completo do Censo. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo - 2015*, São Paulo, maio 2015.

FIX, M. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2018.

MONTES, M. L. População de rua: sua identidade e a questão da cidadania. In: ROSA, C M. M. *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995. p.191-199.

QUALITEST. PREFEITURA DE SÃO PAULO. SMADS. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Relatório completo do censo. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população*



*na cidade de São Paulo - 2019*, São Paulo, 2020. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/observatorio\\_social/pesquisas/index.php?p=18626](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pesquisas/index.php?p=18626)>. Acesso em: 12 ago. 2020.

ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2007.

TORRES, H. G.; MARQUES, E.; FERREIRA, M. P.; BITAR, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. São Paulo: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 17, p. 97-128, 2003.

VILLAÇA, F. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, Lincoln Institute, 2001.

# Cabelo e representação sógnica: análise das subjetividades femininas

## Autoras:

### Vanderlúcia Alves da Silva

Especialista em transtornos alimentares e obesidade (UNIFOR), psicóloga clínica no Instituto Ópera

### Celme Torres Ferreira da Costa

Professora Titular da Universidade Federal do Cariri.

## Resumo

Os padrões de beleza sobre a imagem da mulher despertam, no âmbito da psicologia, questionamentos que merecem ser pesquisados. A influência das mídias e da publicidade em favor da lógica do consumo perpassam as produções subjetivas femininas a respeito de suas identificações narcísicas na contemporaneidade. O presente trabalho surgiu de pesquisa realizada para conclusão de curso e tem por objetivo investigar os atos de mulheres ao tingir os cabelos de loiro como produção de identidade, tendo como referência as obras de autores conceituados sobre o tema, Freud (1930), Bauman (2007, 2014), Baudrillard (1968). Para isso, a metodologia foi embasada em Duarte e Barros (2008), aplicada à análise de conteúdo de várias postagens e comentários das seguidoras do Blog: “Me dá uma Luz - Cinquenta Tons de Loiro”. Nos resultados, foram analisadas as escritas de várias mulheres sobre o desejo de tingir o cabelo em tons loiros, levando à conclusão de que a mulher contemporânea consome os produtos e serviços pelo valor sógnico agregado e não pelo valor de uso.

**Palavras-chave:** Beleza. Consumo. Identidade. Psicanálise.

DOI: 10.58203/Licuri.21022

### Como citar este capítulo:

SILVA, Vanderlúcia Alves da; COSTA, Celme Torres Ferreira da Costa. Cabelo e representação sógnica: análise das subjetividades femininas. In: SOARES, Maria de Lourdes (Org.). **Teias Urbanas: Estratégias de Sobrevivência, Transformação e Inovação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 16-33.

ISBN: 978-65-85562-10-2

## INTRODUÇÃO

As representações da mulher atual, através de sua aparência, buscam transmitir uma imagem sedutora e de poder. Esses atributos estão associados às significações do cabelo loiro como ideal a ser conquistado no consumo. Por ser o cabelo loiro uma temática atual, perpassa os conceitos de beleza e de manipulação da aparência, que são características relevantes na sociedade contemporânea e que também sempre estiveram presentes na história dos hábitos femininos. As políticas de consumo produzidas pelas mídias e mercado atuantes no simbólico provocam as mudanças de formação de identidade pela globalização e flexibilidade de escolhas na lógica de consumo.

O conceito de beleza sempre foi algo idealizado e as padronizações se constituem a partir de cada período histórico e cultural. A figura feminina, em especial, obteve mais ênfase nesse aspecto. As mulheres sempre conseguiram encontrar meios para realçar ou, até mesmo, mudar sua aparência “natural”. Os famosos truques, roupagens, alimentos, cosméticos, penteados, cortes de cabelo, o tônus do corpo, da pele, manifestam uma busca incessante como tentativa de manter um aspecto jovial e sedutor que sempre esteve atrelado a esse conceito de beleza, ultrapassando até as barreiras de diferentes classes sociais e de diversas culturas na atualidade (FIALHO, 2014).

Eco (2013), ao fazer um levantamento histórico sobre os diversos conceitos de beleza, fala que, no século VI, não existia um ideal estético de beleza. O belo era associado a outras qualidades e valores como a “medida” e a “conveniência”. Na era clássica, a beleza assumiu outro papel, as qualidades da alma e o caráter eram percebidos pelos olhos da mente e não mais do corpo, que deu surgimento à primeira compreensão da beleza ligada às diversas artes. Somente no período de ascensão de Atenas como grande potência militar, econômica e cultural, é que o conceito estético de beleza se tornou mais claro. Já no século IX, a beleza passou a ser vista pela proporção e harmonia a partir da visão de Pitágoras. Nesse momento, é possível perceber nas figuras femininas retratadas em esculturas e pinturas não apenas a harmonia da beleza do corpo e da jovialidade, mas o cabelo de alguma forma recebeu destaque pelo comprimento e delicadeza, como uma representação do belo ideal ao semblante feminino.

Já no século XX, quase chegando ao século XXI, o simbólico da beleza foi permeado, por sensos de decadentismo, liquefação e exaurimento. A beleza passou a ser manifestada

na mídia como a beleza da provocação e do consumo. Nos anúncios propagados na TV e em fotografias, a imagem da mulher era mostrada como um ideal a ser conquistado pelo consumo, neles sua aparência é jovial e seus cabelos são tingidos de loiro, representando no campo simbólico o poder e a sedução.

No século atual, a sociedade distingue-se historicamente pela compulsão e obsessão sem limites, envoltas à produtividade e à competitividade em nome da criação, caracterizando o individualismo moderno pelo acultramento dos padrões que influenciam o sujeito a não se desviar dessas normas, fazendo com que se sinta pertencente ao que é fabricado, caracterizando uma sociedade idealizada pelo que pode se tornar com a incompletude, a insegurança e a ansiedade decorrentes dessa ideia do inacabado (BAUMAN, 2014).

Na contemporaneidade, as produções simbólicas e narcísicas decorrentes do processo de individualização na lógica de mercado capitalista, sob o signo do consumo, denotam as manipulações propagadas pelas campanhas publicitárias. O narcisismo freudiano, nas palavras de Severiano (2001, p.122), consiste em “[...] um estado psíquico que se origina do retorno dos investimentos objetais em direção ao ego, aludindo sempre a um fenômeno segundo o qual um indivíduo elege a si próprio como objeto de amor.”

A sociedade, a partir das culturas capitalistas modernas, supervalorizou a individualização pelo consumo com a ideia de obter a felicidade nos bens adquiridos. O trabalho realizado pela publicidade sobre produtos e serviços traz um valor de segurança e realização pessoal a um público cada vez mais segmentado. Após o Renascimento, perdeu-se a fé dogmática caracterizadora da sociedade tradicional, em troca da razão e do progresso na modernidade, o que acarretou no desencantamento do mundo.

Com essa perda de referenciais, há uma generalização e descrença dos ideais políticos coletivos fazendo com que os sujeitos passem a buscar soluções individualmente, um traço característico do narcisismo. Essa cultura do narcisismo traz consigo a perda da confiança no futuro, gerando o risco da desintegração individual, a qual pode ultrapassar a ideia simplesmente narcisista para uma ordem maior, fechada e sem chance de saída (LECHS, 1987).

As diversas propagações da mídia e do consumo divulgadas pela mídia televisiva, nas imagens audiovisuais e na internet, especificamente dirigidas ao público feminino, vêm intensificando o ideal de beleza do cabelo na cor loira, pois é repleta de significações e estigmas na sociedade. Desse modo, “o cabelo natural” não recebe destaque por esses

meios de divulgações como um aspecto de sedução e poder, diferentemente de quando são relacionados ao “loiro artificial”, fazendo com que as mulheres, de alguma forma, tentem mudar a sua identidade para que procurem conquistar no consumo essa imagem idealizada.

De acordo com Hall (2002), a constituição da identidade do sujeito contemporâneo é atravessada pelas mudanças sociais; por exemplo, quando sujeito perdeu a identificação característica da sociedade tradicional fechada e teocêntrica, onde o ser era determinado pela filiação e posteriormente, com o Iluminismo da Sociedade Moderna, há um rompimento com esses referenciais da fé dogmática pela razão que demarcou o conceito da busca pela felicidade surgindo às novas constituições de sujeitos individualizados. Na pós-modernidade, com as perdas desses referenciais pelas políticas de globalização, o sujeito não mais compreende a identidade como algo unificado, pois as próprias sociedades modernas são definidas como sociedades de constantes mudanças.

Nesse contexto, a mulher contemporânea vê-se constantemente bombardeada por construções padronizadas do que deve seguir, podendo construir e desconstruir sua identidade a partir das mudanças e inovações estabelecidas pela lógica de mercado, em uma busca constante pelo “eu ideal”. A publicidade que atua no campo simbólico consegue chegar à mulher contemporânea pela força motivadora do consumo, com diversas alternativas para que ela “escolha” a identidade que desejar dentro dos padrões oferecidos.

As pessoas podem atribuir coisas ao mundo externo que na realidade se originam em seu próprio ego, desejando, portanto, que por este deveriam ser reconhecidas. No entanto, o sentimento do ego nada mais é que um resquício do sentimento de um vínculo primário mais íntimo, que se perdeu entre o ego e o mundo externo.

A forma como a estrutura do aparelho psíquico se constitui pelas diversas influências faz com que associemos a satisfação do instinto à felicidade, gerando um grande sofrimento psíquico em nós quando esse mundo externo não nos satisfaz completamente ao recusar essa satisfação. Algo que já naturalizamos é a visão da manifestação do amor pelo sexual, pois este nos proporcionou nossa mais intensa experiência de uma transbordante sensação de prazer, o que nos fornece um modelo para nossa constante busca de felicidade, a busca se dá não por qualquer experiência de prazer que tivemos, mas pela busca daquele primeiro contato com o prazer que se perdeu (FREUD, 1930).



O “ideal” freudiano, portanto, perpassa a compreensão narcísica desse processo de consumo, tanto quanto do objeto consumido com valor agregado, fetichizado. Severiano (2001), ao citar Laplanche e Pontales (1986), define o ego ideal como um ego ainda mais organizado por uma formação narcísica inconsciente caracterizada pelo objeto de amor primário na relação simbiótica com a mãe. Já o ideal do ego refere-se à falta reconhecida pelo sujeito e à sua impotência diante das frustrações externas que o mobilizará para tentar adequar-se a um modelo externo no qual, mesmo existindo investimentos narcísicos, há a renúncia dos ideais onipotentes do ego ideal (LAPLANCHE & PONTALES, 1986, apud SEVERIANO, 2001, p. 131).

Diante do exposto, este trabalho teve como proposta analisar os significados presentes no ato de tingir o cabelo de loiro entre mulheres contemporâneas, no intuito de compreender de forma mais aprofundada as influências do consumo e o significado de ser loira atrelado às construções subjetivas de identidade feminina na contemporaneidade.

## METODOLOGIA

Metodologicamente, foi adotado o tipo de pesquisa exploratória via internet em blogs baseados na temática do estudo. A escolha pelo blog como ferramenta para a análise dos dados surgiu inicialmente por uma perspectiva particular nossa de considerá-lo um instrumento com potencial para a manifestação do comportamento feminino. O blog é um meio de comunicação atual e não demanda conhecimentos especializados sobre informática para ser utilizado, o que contribui para que seja um espaço popular de fácil acesso, por meio do qual identificamos a relação da escrita sobre si e a maneira como o usuário coloca em circulação suas perspectivas. Além disso, é um espaço gratuito, podendo o usuário escrever o que quiser, postar fotos, imagens e sons sem nenhuma restrição, de modo que circulem pela internet, o que enriqueceu ainda mais a coleta de dados por facilitar o acesso aos discursos de várias usuárias a respeito da temática em questão (KOMESU, 2004).

Para Gil (2008), a pesquisa exploratória propõe esclarecer e modificar conceitos, com a finalidade de formular problemas ou hipóteses pesquisáveis. Dessa forma, apresenta uma menor rigidez no planejamento. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses

precisas e operacionalizáveis, como o caso dos blogs pesquisados, a partir dos quais foi realizada uma triagem e selecionado um que mais disponibilizou relatos de mulheres sobre o ato de tingir o cabelo como referencial de beleza. A partir da análise dos dados coletados pelo blog “Me dá uma luz: Cinquenta tons de loiro”, houve a articulação teórica sobre consumo, identidade, beleza e psicanálise.

Segundo Komesu (2004), os blogs surgiram em agosto de 1999 com a empresa norte-americana Evan Williams, através da ferramenta software Blogger, com o objetivo de proporcionar à população publicações de textos on-line. Atualmente, essa ferramenta alcançou uma dimensão mundial, assumindo papéis diferentes ao proposto em sua criação. Os blogs ou Weblogs agora são concebidos como diários eletrônicos na internet, em que qualquer pessoa pode ter acesso a opiniões e sentimentos publicados por outros usuários, assim como suas publicações também podem ser vistas por qualquer pessoa.

A escrita na atualidade, segundo Lopes & Poli (2005), é utilizada como uma maneira de expressão e construção da subjetividade, isso vem se constituindo como um recurso de linguagem em um código social, discursivo. Os diários online disponibilizados em blogs podem ser acessados livremente por qualquer pessoa, os blogueiros expõem suas intimidades, contando suas experiências de vida como uma forma de vivenciar uma construção de si mesmo (LOPES & POLI, 2005).

## Investigação empírica documental e qualitativa

Trata-se de uma investigação empírica documental sobre a escrita de mulheres no blog analisado através de pesquisa qualitativa. Segundo Bauer (2002), os dados coletados qualitativamente possibilitam a compreensão das relações sociais. Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo atingir uma compreensão minuciosa sobre crenças, valores e motivações perpassados pelas atitudes das pessoas em relação aos contextos sociais em que estão inseridas. Para que se consiga chegar a uma compreensão das vivências grupais socialmente estabelecidas, é imprescindível a metodologia desse tipo de pesquisa, pois compõe uma descrição maior de detalhes do meio social específico.

Segundo Moreira (2008, p. 271), “[...] a análise documental compreende a identificação e a verificação de documentos para determinado fim.” A análise do objeto de estudo fundamentou-se em dados secundários. As vantagens da análise secundária estão relacionadas com a possibilidade de solucionar vários problemas sem envolver despesas no uso de dados disponíveis, em contrapartida, os pesquisadores acabam

trabalhando com dados já existentes, podendo ser estes imprecisos, com falhas de coleta e até mesmo incompletos.

Outra técnica adotada foi leitura e análise de imagens. O conceito de imagem vem do latim *imago*, que significa toda e qualquer visualização gerada pelo ser humano que varia na forma do objeto, uma obra de arte, um registro foto-mecânico, uma construção artística em pintura, um desenho ou até mesmo um pensamento como representação de imagens mentais (COUTINHO, 2008, p. 332, grifo do autor).

Nesta pesquisa, a partir das contribuições teóricas de Bauman (2014) e Sant’Anna (2014), analisamos a imagem como documento por representar um recorte da sociedade registrada pela ação humana, em especial o blog “Me dá uma luz: Cinquenta tons de loiro”, pelas imagens artísticas e fotográficas que retrataram as construções do conceito de beleza no cabelo.

A escolha pela temática surgiu do interesse em compreender o discurso atual de diversas mulheres sobre sua aparência relacionada ao cabelo tingido de loiro como mecanismo de sedução e produção de identidade pela aquisição da tonalidade ideal para o cabelo.

## **Análise dos dados**

Dessa forma, a análise realizada no blog “Me dá uma luz: Cinquenta Tons de Loiro”, da publicitária Daniela Bebber, foi possível por ela disponibilizar várias imagens fotográficas de famosas com foco nos cabelos, mostrando as diversas tonalidades de loiro. Por meio dos comentários das internautas, foi possível identificar o desejo em mudar a aparência a partir de suas identificações com as imagens dessas famosas, como uma forma de identificação social pelo modelo padronizado de beleza no cabelo loiro, visto também como uma construção subjetiva para essas mulheres que procuram ajuda no referido blog e que recebem diversas dicas de como ficar loira com os produtos e serviços certos.

Ao longo do trabalho, percebeu-se que a beleza sempre esteve mais voltada para o público feminino. Após a análise dos dados obtidos através dos relatos no blog escolhido, foram elaborados os resultados e as discussões associados ao referencial teórico abordado em todo o processo, no intuito de responder às questões de investigação delineadas para esta pesquisa, possibilitando, além disso, aflorar novas hipóteses sobre a temática.

Nesse contexto, ressaltamos o blog como um novo meio de comunicação na sociedade atual, que é utilizado como diários virtuais, os quais revelam novas formas de escrita e de manifestação do desejo dos sujeitos na contemporaneidade. Com isso, ressaltamos a importância da opção que fizemos por manter a fidedignidade da escrita das seguidoras disponibilizada nos comentários do referido blog.

Todas as frases e a articulação teórica foram alocadas em grupos temáticos, assumindo que “A categorização consiste no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em número reduzido de categorias, com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade.” (DUARTE & BARROS, 2008, p. 298).

Para tanto, com a articulação teórica sobre identificação, narcisismo, subjetividade, sexualidade e lógica do consumo associados às escritas das seguidoras, foram identificadas 04 categorias, nas quais os temas elencados foram: 1- A influência da publicidade pela imagem como forma de identificação com o loiro; 2- O desejo de ser loira e o aprisionamento nos salões de beleza; 3- As representações da loira “natural” e da loira do “consumo”; 4- A contribuição da psicanálise sobre a lógica do consumo na busca da felicidade.

Finalmente, os processos dos resultados e discussões se deram com a utilização do referencial teórico associados às escritas das usuárias do blog na construção das interferências, tanto específicas quanto gerais, dos objetivos levantados na pesquisa, fazendo emergir novas hipóteses a respeito da temática.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A representação do cabelo, entre as mulheres, sempre ocupou um lugar de ideal na beleza. O cabelo é utilizado como artifício para realçar a face feminina e comumente sempre existiu um investimento em cortes e penteados para torná-las mais atraentes, já que, ainda que no corpo não se consiga atingir os padrões de beleza, o cabelo ideal é algo que todas podem alcançar sem tantos sacrifícios como os que demandam o corpo.

Atualmente, a mulher é influenciada pela propagação da mídia e acaba se deparando com uma diversidade de tinturas para os cabelos que foi surgindo ao longo do tempo no mercado como uma forma de disfarçar os fios brancos e de manter a jovialidade,

o que implica em transformar a aparência natural pela modificação da cor com a tonalidade que desejar.

Nessa perspectiva, apresenta-se a análise dos quatro subtemas e a articulação teórica a partir da escrita das usuárias no blog.

## Influência da publicidade pela imagem como forma de identificação com o loiro

No Blog “Me dá uma Luz”, da publicitária Daniela Bebber, na página “Cinquenta Tons de Loiro”, são feitas referências às imagens fotográficas de mulheres famosas, todas com os cabelos tingidos de loiro, como uma forma de produzir com o loiro o ideal de beleza que todas as mulheres, independente do tipo de cabelo, podem conquistar ao consumir certos produtos e serviços.

A blogueira mostra as diversidades do loiro e como conseguir o tom desejado. Há nisso um incentivo velado pela propaganda nessas imagens, ao afirmar que somente com a escolha certa da tintura, da marca e da tonalidade é que poderão atingir o objetivo de ficar como a famosa da foto. Com isso, há a uma identificação que mobiliza o desejo das seguidoras do blog de tornarem-se tão poderosas e belas como a imagem das famosas, ou seja, há uma percepção da produção subjetiva da imagem feminina associada ao tingimento do cabelo em loiro.

O foco no cabelo surgiu com a ideia de ser um aliado indispensável à mulher como uma forma de realçar a beleza facial. Nas imagens fotográficas das misses dos anos de 1920, publicadas pela imprensa, percebe-se a ênfase na beleza do rosto, sendo esse o foco principal para os concursos, com isso o cabelo adquiriu um novo conceito, segundo o qual não bastava à mulher ter apenas uma cabeleira “natural”. A beleza do cabelo passa a ser padronizada pela mídia e pelo consumo, seguindo o conceito de que a mulher deva modificar sua aparência natural para alcançar esse ideal de beleza no cabelo, fazendo-se necessário seguir os padrões ditados como cor ideal, textura e corte (SANT’ANNA, 2014).

No blog, ainda que as interpretações subjetivas ocorram a partir da concepção fotográfica na visão de uma realidade retratada em um quadro, isso não diminui a validade da análise da imagem como documento. Pois, esse formato de pesquisa torna-se válido quando se trata de imagens impressas em veículos de comunicação, particularmente, jornais, cartazes e anúncios publicitários (DUARTE & BARROS, 2008). Assim, percebem-se



as impressões nas palavras das seguidoras, a partir das divulgações de imagens fotográficas de várias famosas na página do blog, frases como:

*“Gostei do loiro que mostra a foto da Priscila, como faço para ter o meu cabelo nesse tom? Parabéns pelo blog está show.” (Seguidora do blog).*

*“Gostaria de ficar com os tons que a atriz Leticia, queria saber os nomes dos tons. Também da apresentadora Adriana Galisteu. Brigada adoro seu trabalho obra de arte os looks dos cabelos e cores lindas.” (Seguidora do blog).*

*“Eu gostaria de saber qual a tonalidade de loiro atual da Sheila Mello. Abraços [...]” (Seguidora do blog).*

*“Tem muitos loiros lindos! Só falta mesmo é a coragem e a confiança de o cabeleireiro acertar no resultado. Meu cabelo é castanho claro e sempre fiz mechas loiras bem discretas, agora quero radicalizar. Um loiro lindo também é o da Dakota Fanning.” (Seguidora do blog).*

Segundo Sant’Anna (2014) e Severiano (2001), nos anúncios publicitários em redes televisivas, em rádio e em artigos publicados em jornais e revistas, a imagem feminina surge com um forte apelo sexual, as modelos das propagandas aparecem sempre jovens, belas, sexys e com os cabelos tingidos de loiros, ostentando poder e sedução, o que pode ser percebido, no campo simbólico, como um ideal a ser conquistado pela internalização dessas políticas de consumo.

Os objetos, na contemporaneidade, não são mais consumidos única e exclusivamente pelo seu valor de uso para atender somente a necessidades. Assumiram um valor signico, representando um valor distinto de si mesmo, de sua materialidade. O objeto de consumo é personalizado e consumido não em sua materialidade, mas em sua diferença como um alibi e um pretexto para adquirir o valor signico que referencia o sujeito. Com isso, torna-se fetichizado, assumindo o valor do desejo capaz de encobrir a falta já percebida pelo sujeito.

Isso se dá a partir do trabalho realizado pela publicidade que atua com os representantes sociais da onipotência narcísica pela mobilização do desejo inconsciente, tratando o sujeito como consumidor, que passa a atuar como agente ordenador, educando os sujeitos para o consumo com o apelo à dimensão do desejo que é singular pela

fetichização da mercadoria, promovendo, assim, uma confusão entre objetos de consumo e objetos do desejo (BAUDRILLARD, 1968).

Nas palavras das seguidoras, percebe-se a identificação com a famosa que aparece toda produzida e é associado ao cabelo algo que pode ser conquistado, pois o mercado disponibiliza produtos e serviços para que consigam ficar com o cabelo igual ao das famosas, já que a aparência física seria da ordem do impossível.

## O desejo de ser loira e o aprisionamento nos salões de beleza

As produções subjetivas, a partir do individualismo e narcisismo, são tidas no social pela divulgação do “eu ideal”, isso exige da mulher contemporânea um investimento libidinal e consumista para conseguir satisfazer seu desejo, o ato de tingir o cabelo, por exemplo, modifica, de alguma forma, sua identidade. A mulher fica presa a esse processo de transformação constante da identidade, tendo que frequentar salões de beleza, por causa da ideia normatizada de que não basta apenas tingir os cabelos de loiro; mas, deve-se manter uma aparência saudável, pois o procedimento de tintura danifica os fios, o que acaba obrigando-a a realizar vários procedimentos de hidratação e reconstrução dos cabelos (SEVERIANO, 2001; SANT’ANNA, 2014).

No blog, nota-se o movimento dessas mulheres ao frequentar vários salões de beleza, consumindo produtos e serviços na tentativa de ficar loira e obter a representação signica, assim identificamos nas palavras de uma das seguidoras: *[...] gasto muito dinheiro no meu cabelo e não tenho resultados muito bons. Meu cabelo tem uma pigmentação puxada para o amarelo, até ficar uma cor bonita quando faço as mexas ou luzes ou reflexos. Faço tudo para deixar meu cabelo bonito, mas é por pouco tempo, depois meu cabelo fica amarelo. O que eu faço pra deixar ele do tom que eu gosto platinado? (Seguidora do blog).*

Com isso, percebe-se que o consumo na contemporaneidade assume um lugar não mais de simplesmente atender às necessidades, mas ao próprio desejo. Segundo Bauman (2014, p. 96, grifo do autor), “O consumismo de hoje, porém, não diz mais respeito à satisfação das necessidades - nem mesmo as mais sublimes, distantes necessidades de identificação ou a auto segurança quanto à adequação.”

O mesmo autor ressalta, ainda, que o desejo impõe sobre o consumidor mais limites porque demanda mais energia para satisfazê-lo; dessa forma, há uma grande produção

não apenas do que deverá ser consumido, mas, sobre os próprios sujeitos como uma espécie de “produção de consumidores”, com o objetivo de substituir o desejo pela força motivadora do consumo.

## As representações da loira “natural” e da loira do “consumo”

Como já foi dito, os padrões de beleza constituídos a partir de cada período histórico e cultural têm na figura feminina mais ênfase nesse aspecto e as mulheres sempre conseguiram encontrar meios para realçar ou, até mesmo, mudar sua aparência “natural” com os famosos truques, cosméticos, tinturas, penteados e cortes de cabelo, manifestando uma busca incessante como tentativa de manter um aspecto jovial e sedutor ao modificar sua imagem, ultrapassando as barreiras até mesmo das classes sociais e as diversas culturas na atualidade (FIALHO, 2014).

A lógica do consumo sobre o cabelo, de certa forma, consegue apreender até mesmo quem por natureza possui os cabelos claros e que, por outra lógica, não precisaria tingir os cabelos de loiro, o que confirma a ideia do consumo no tingimento do cabelo como aquisição de um valor signico atribuído aos tons loiros.

Os seguintes comentários das seguidoras do blog, ao visualizarem as imagens das famosas, representam esse comportamento:

I. “Sou loira, mas enjoei do tom dourado, estou pensando em mudar pra um loiro mais escuro na raiz e mais branquinho nas pontas, o que acha? Me da uma dica de mudança, por favor. Alias o blog está Perfeito.” (Seguidora do blog).

II. “Meu belo cabelo era loiro quando criança mais foi começando a ficar castanho bem claro e eu pinte de preto azulado, mais agora estou querendo volta a ser loira. Como eu faço?” (Seguidora do blog).

III. “Amei as dicas, sou ruiva e quero mudar a tonalidade pra loiro com luzes... estou em busca do tom certo.” (Seguidora do blog).

De acordo com Severiano (2001), a subjetivação é socialmente construída sobre esse ideal de beleza imposto pelo consumo capitalista, o que, corresponde às palavras das internautas, como uma indução do desejo pelas imagens fotográficas que, simbolicamente, representam o ideal de beleza possível de conquista com o tingimento do cabelo para tornar-se ou ficar ainda mais loira.

Diante do exposto, na atualidade as representações do cabelo, quando tingido de loiro, passam a ideia de poder e sedução à imagem feminina comumente divulgada pelas mídias de consumo, ao mesmo tempo em que essa aparência da mulher loira perpassa no imaginário social com outros conceitos, como superficialidade e pouca perspicácia. Outra contradição do loiro apresenta-se nas significações à loira natural que não reflete os estigmas de sedução e poder e sim uma ideia de delicadeza e menos inteligência manifestada em ditos populares, como “loira burra”, o que só é direcionado à loira natural e não àquela que tinge o cabelo.

## Contribuição da psicanálise sobre a logica do consumo na busca da felicidade

A felicidade é regularmente procurada no usufruto da beleza. No entanto, a atitude estética não busca proteção contra o sofrimento como costuma objetivar a busca pela vida, mas a beleza ameniza bastante o sofrimento e, apesar de não existir claramente qualquer necessidade cultural da beleza, a sociedade não a dispensa. A psicanálise tem pouco a dizer sobre a beleza, o que até o momento é percebido é sua derivação do campo do amor sexual. A visão que se tem sobre os órgãos genitais, os quais são zonas de excitação, está comumente em oposição ao belo na perspectiva da sociedade, contudo a qualidade da beleza é contrária a essa visão, como se na verdade a beleza fosse ligada a certos caracteres sexuais secundários (FREUD, 1939).

Na contemporaneidade, o consumidor tem algumas características infantis, como se recriasse os sentimentos de desproteção, como se percebesse o mundo como extensão do seio, que gratifica e ao mesmo tempo frustra. O sujeito, portanto, fica no processo de recusa da percepção do mundo e somente consegue vê-lo em conexão com suas fantasias. Com isso, a publicidade se apropria desse conhecimento e apresenta as mercadorias de forma extremamente sedutora, satisfazendo os desejos, percebendo que o sujeito passa a conhecer o mundo através de sua vivência psíquica interior (LASCH, 1987).

Em determinadas postagens no blog, percebe-se que a forma como as mulheres se identificam com as imagens fotográficas das famosas tem relação com a mobilização do desejo e as identificações narcísicas. Além do mais, a fetichização dos objetos de consumo, no caso os produtos e serviços de beleza para o cabelo, contribuem significativamente para que se realize uma busca constante da felicidade através do consumo de produtos e serviços.

Segundo Sant'Anna (2014), no Brasil, no século XVI, a beleza passou a ser comercializada artificialmente, as mulheres começaram a usar produtos e acessórios de acordo com a moda. O uso das perucas chegou como uma tentativa de alcançar o ideal de beleza propagada pela imprensa através dos artigos. Nesse contexto, surgiram as primeiras tinturas para os cabelos como uma forma de mascarar a idade da mulher que era denunciada pelo aparecimento dos cabelos brancos; com isso, o costume entre as mulheres de olhar-se no espelho ganhou uma nova identificação, com o aspecto de um diagnóstico, estimulando o desejo de fazer mudanças prometidas pela propaganda cosmética.

Corroborando com o que foi dito, Severiano (2001, p. 16) fala que:

Os produtos são fabricados globalmente não apenas para serem consumidos por seu “valor de uso” ou funcionalidade, mas traduzem, principalmente, um novo “estilo de vida”, no qual os indivíduos passam a se reconhecer e a se “diferenciar” a partir das imagens de marca desses produtos, ocorrendo assim maior insatisfação nos processos de fetichização do objeto de consumo.

Esse termo “estilo de vida” representa a individualidade, a auto-expressão e a conscientização de si estilizada, decorrentes desse processo de globalização pela expansão do capitalismo. No século XIX, por exemplo, marcado pelo romantismo, os veículos sociais tradicionais foram substituídos pela lógica do mercado, desestabilizando os indivíduos devido à complexidade desses novos códigos. Dessa forma, a publicidade atuante no campo simbólico impulsiona a intensidade do desejo do consumidor, ao mesmo tempo em que atribui estabilidade social e referência de identidade (SEVERIANO, 2001).

Segundo Bauman (2014) e Severiano (2001), a representação do cabelo para as mulheres, no ato de tingi-los de loiro, tem relações com as construções de identidade pelo que é socialmente aceito e imposto como o ideal de beleza. Essa flexibilidade de mudança de identidade na contemporaneidade não diz respeito somente ao que se pensa de um esvaziamento dos indivíduos ou até mesmo falta de referências, pois os conceitos de identidade estão diretamente relacionados às novas culturas presentes na modernidade e as próprias ideias de mercado pregam a multiplicidade de escolhas e mudanças de forma padronizada.



Para Bauman (2007), vivemos na era da desregulamentação e do desengajamento. “Os homens e as mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade.” (BAUMAN, 2007, p.111). Segundo ele, a sociedade de consumo não passa de uma sociedade do excesso, e o vazio existencial vivenciado nessa sociedade é consequência do excesso desmedido que aumenta as incertezas pela liberdade de escolhas que nunca são suficientes, pois a sociedade de consumo tenta satisfazer os desejos humanos sendo que essa promessa só se manterá sedutora enquanto o desejo continuar irrealizado.

Por esse motivo, a estratégia de mercado, da indústria e do consumo é a “[...] não satisfação dos desejos e a crença firme e eterna de que cada ato que visa satisfazê-lo deixa muito a desejar e pode ser aperfeiçoado - são esses os valores da economia que tem por alvo o consumidor.” (BAUMAN, 2007 p. 106).

Finalmente, com a análise dos comentários no referido blog, observamos que existe, atrelado aos estigmas do cabelo tingido de loiro, um valor signico e que o consumo está voltado mais à aquisição desses valores atribuídos do que mesmo ao simples ato de tingir o cabelo de loiro. Identificamos que a publicidade trabalha com a fetichização de produtos e serviços e com as formas de propagandas com imagens e fotografias como um ideal de poder relacionado ao cabelo, o que também perpassa o imaginário do campo sexual que aparece de forma velada pela sensualidade representada nas mídias. Outro ponto importante é que a mudança da aparência natural das mulheres ao tingir o cabelo de loiro produz identidades referenciadas no consumo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, compreendemos que o conceito de beleza sobre a mulher vem sendo construído ao longo da história e que, atualmente, as influências da publicidade produzem o significado de ser loira como formação das subjetividades femininas pela lógica do consumo, que percebe nos cabelos um meio de mobilizar o desejo das mulheres, a partir da fetichização de produtos, serviços e propagandas, o que foi coerente com os argumentos levantados pelos diversos teóricos estudados.

A partir dos aspectos levantados na pesquisa pode-se identificar 04 categorias que contemplam características da percepção do cabelo tingido de loiro na atualidade: 1-

Influência da publicidade pela imagem como forma de identificação com o loiro; 2- O desejo de ser loira e o aprisionamento nos salões de beleza; 3- As representações da loira “natural” e da loira do “consumo”; e 4- Contribuição da psicanálise sobre a lógica do consumo na busca da felicidade.

Mediante a análise dos comentários das seguidoras do blog estudado, percebemos que os padrões de beleza difundidos no imaginário social sobre os cabelos tingidos de loiro atravessam os conceitos de globalização moderna e de representação social. Sabe-se que existem diversos padrões de beleza no consumo voltados ao público feminino, sendo o cabelo algo que é mais acessível em todas as classes sociais e culturais, com o incentivo de que, mesmo não tendo o corpo ideal ou por não pertencer a um nível social elevado, toda mulher com seu cabelo tem a possibilidade de consumir e obter o valor signico atrelado ao loiro na busca de uma identidade de poder e sensualidade. Isso foi percebido nos comentários das seguidoras que, ao se identificarem com as imagens fotográficas, manifestaram o desejo de modificar sua aparência no cabelo.

Essa lógica do consumo promete a diferenciação pelo individualismo, em que cada um obtém seu estilo ao mesmo tempo em que essa produção de estilo único, de certa forma, padroniza, porque todos consomem as mesmas coisas. No caso do loiro, a mulher tingir os cabelos para se diferenciar pelo consumo dos valores signicos e, mesmo que essa prática seja uma experiência do indivíduo, há um consumo em massa consequente da supervalorização dos bens adquiridos com a ideia da busca constante da felicidade.

Com isso, conclui-se que o universo feminino contemporâneo é repleto de padrões ditados pela mídia de consumo sobre o que deve ou não a mulher fazer ou seguir e que a sua imagem está relacionada com um ideal a ser conquistado. O imaginário feminino, portanto, permeia as identificações narcísicas caracterizadas pela beleza e sedução encontradas nos valores atribuídos ao tingimento dos cabelos em tons loiros como um mecanismo para atrair o olhar do outro sobre si.

Além disso, a pesquisa proporcionou um conhecimento dos meios de comunicação do mundo moderno que viabilizaram maior acesso ao que se desejava pesquisar sobre as manifestações dos sujeitos. Especialmente, através do blog, que é um novo modo de escrita utilizado como diários virtuais, foi possível o acesso aos relatos dos desejos e das angústias de várias mulheres sobre a mudança de sua aparência natural. Mencionando que ainda há muitos outros aspectos a serem analisados, a outras fontes de manifestação de discursos dos sujeitos que não foram analisadas, além de blogs, como revistas virtuais,

facebook, instagram, canais em you tube, dentre vários outros meios de comunicação contemporânea pela internet.

Algumas das dificuldades enfrentadas para a realização da pesquisa se deram por não existir muito material sobre a temática e ainda ter um número pequeno de escritas em blogs sobre o mesmo assunto. Entretanto, essas dificuldades, de alguma forma, foram superadas, com o embasamento teórico da psicanálise que contribuiu primordialmente para a interpretação e para as associações científicas. Essa interação possibilita o crescimento científico da psicologia e da psicanálise no que diz respeito às vivências da sociedade contemporânea, proporcionando as bases para futuros trabalhos relacionados ao tema.

## REFERÊNCIAS

- BAUER, M. W et.al. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes. 2002.
- BAUDRILLARD, J. O Sistema dos objetos. São Paulo: Editora Persperctiva S. A, 1968.
- BAUMAN, Z. Vida líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.
- BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BEBBER, D. Me dá uma luz - Cinquenta tons de loiro. Blog. Disponível em: <http://www.medaumaluz.com/artigo/5629/2013-02-20/50-tons-de-loiro>. Acesso em: 02 nov. 2015.
- COUTINHO, I. Leitura e análise da imagem. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas. 2008.
- DUARTE, J; BARROS, A. (Org.) Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2008.
- ECO, U. História da beleza. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- FREUD, S. (1930). O Mal-estar na civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 75-171 (Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XXI).

FIALHO, C. E. M; MIRANDA, T. B. Notas de metodologia da pesquisa. “Loiras: um estudo sobre cor do cabelo e produção da identidade”. Revista *Ártemis*, João Pessoa, c. 18, n.1, p. 199-211, 2014. Disponível em:

<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2254>>. Acesso em: 30 set. 2015.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

KOMESU, F. Blogs e as práticas de escrita sobre si na internet. Núcleo de estudos de hipertexto e tecnologia educacional. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.contabeis.ufpe.br/nehte/artigos/Blogs-Fabiana-Komesu.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

LASCH, C. O mínimo eu. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LOPES, P. C. & POLI, M. C. (2005). Os adolescentes e a escrita íntima em blogs. 1º Simp. Internacional do Adolescente. São Paulo, 2005. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc000000082005000200040&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc000000082005000200040&script=sci_arttext) . Visualizado em 15 de Março de 2016.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.) Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas. 2008.

SANT’ANNA, D. B. de. História da beleza no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

SEVERIANO, M. F. V. Narcisismo e publicidade: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade. São Paulo: Annablume, 2001.

# Evolução do mercado formal para trabalhadores jovens e acima de 50 anos no Ceará em 2013, 2017 e 2021

**Autora:****Maria Jeanne Gonzaga de Paiva**

*Doutoranda no Doutorado Interinstitucional em Economia pela Universidade Federal FluminenseUFF/URCA; Docente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri-URCA; Líder do grupo de estudos em negócios urbanos e rurais-GENUR*

DOI: 10.58203/Licuri.21023

**Como citar este capítulo:**

PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga. Evolução do mercado formal para trabalhadores jovens e acima de 50 anos no Ceará em 2013, 2017 e 2021. In: SOARES, Maria de Lourdes (Org.). **Teias Urbanas: Estratégias de Sobrevivência, Transformação e Inovação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 34-45.

ISBN: 978-65-85562-10-2

## Resumo

O mercado de trabalho brasileiro é heterogêneo em sua estrutura. Os trabalhadores jovens encontram dificuldade para nele se inserir e são os mais vulneráveis em época de crise, já os trabalhadores com mais idade, como os idosos, muitas vezes retornam ao mercado para complementar a renda familiar. De natureza descritiva e baseada nos dados da RAIS, a presente pesquisa tem como principal objetivo tecer considerações a propósito da evolução do mercado de trabalho relativa aos jovens e aos trabalhadores cearenses acima de 50 anos, nos anos de 2013, 2017 e 2021. Os trabalhadores jovens tiveram redução dos postos de trabalho formais, nesses anos citados. Serviços e comércio são os setores que mais os empregam; a escolaridade é no ensino médio incompleto e completo; sexo masculino predominante com vínculos de empregos em aprendiz e CLT pessoa jurídica urbano indeterminado. Para os trabalhadores acima de 50 anos, predominou o sexo masculino; nível escolar no ensino médio completo e ensino superior completo. Os setores que mais os empregam são a administração pública e os serviços com vínculos empregatícios em regime estatutário e CLT pessoa jurídica urbano indeterminado.

**Palavras-chave:** Emprego. Juventude. Idoso. Cearense.



## INTRODUÇÃO

Mesmo diante dos avanços verificados, no período de 2004 a 2014, o mercado de trabalho brasileiro ainda se mantém de forma bem heterogênea em sua estrutura (OLIVEIRA; PRONI, 2016). As intervenções governamentais não foram suficientes para diminuir a heterogeneidade na produção, nem a elevada concentração de renda e a rotatividade nos empregos. À vista, quaisquer medidas que visem desregulamentar ou flexibilizar as relações contratuais de emprego podem ocasionar ainda mais um retrocesso nesse mercado de trabalho.

Vale ressaltar que após 2015, a conjuntura econômica apresentou uma mudança de forma radical, sobretudo, porque o desemprego no Brasil passou de 7,9% para 13,7%, entre os primeiros trimestres dos anos 2015 e 2017, segundo a PnadC (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

Em números absolutos, conforme a PnadC no Brasil, a quantidade de jovens desempregados passou de 905 mil, no quarto trimestre de 2014, para 2 milhões, no quarto trimestre de 2019 (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020). Em 2017, com a Lei 13.467, de 13 de julho, surgiu a reforma trabalhista, objetivando flexibilizar direitos trabalhistas a fim de gerar mais empregos. Mas tal fato não ocorreu conforme se imaginara.

No ano de 2020, surgiu a crise sanitária do Covid-19, doença causada pelo coronavírus Sars-CoV-2, que impactou de forma profunda o mercado de trabalho, principalmente para os mais vulneráveis, notadamente os jovens, as mulheres e os negros, dentre outros.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho se constitui num grande desafio, uma vez que são variadas as dificuldades em encontrar postos de trabalho formais, quando muito se submetem a trabalhos precários. Isso justifica que os jovens devem ser alvo de políticas públicas, visando sanar esses problemas.

Perceber a complexidade das situações associadas à juventude a partir de sua construção social, cultural e histórica, e identificar suas especificidades e aproximações é determinante para a construção de políticas de trabalho e emprego dirigidas aos jovens brasileiros (NUNES; FERNANDEZ, 2016).

Conforme o Estatuto da juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, no artigo primeiro e parágrafo primeiro, é considerado jovem o indivíduo que tem idade entre 15 e

29 anos (BRASIL, 2013). Desse modo, no Brasil, é proibido trabalho para menores de 14 anos; de 14 até os 15 anos, liberado na condição de aprendiz. No entanto, permitido entre 16 e 17 anos, mas que não comprometa a atividade escolar, nem ocorra em condições insalubres com jornada noturna (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

No caso dos trabalhadores idosos, a maioria deles sofrem com o baixo valor das aposentadorias, insuficientes para suprir valores relacionados à moradia, à alimentação e à saúde. À vista disso, muitos retornam ao mercado de trabalho para aumentar a renda da família. O Estatuto da Pessoa Idosa, Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003, reza que é considerado idoso as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 2003).

Diante do exposto, na presente pesquisa, a questão, circunscrita ao mercado de trabalho cearense, a ser investigada é a seguinte: ocorreu a diminuição dos postos de trabalho para os trabalhadores jovens, e o aumento para os mais de 50 anos, no período 2013 - 2021?

Com efeito, emerge como principal objetivo, tecer considerações sobre a evolução dos postos de trabalho formal cearenses e suas características, nos anos de 2013, 2017 e 2021, dos trabalhadores jovens e para os mais de 50 anos.

## METODOLOGIA

A área de estudo da pesquisa é o estado do Ceará, localizado na Região Nordeste do Brasil; com um território de 148.894.447 km<sup>2</sup>, em 2022; população estimada, em 2021, de 9.240.580 pessoas; IDH de 0,682, em 2010; possui um Produto Interno Bruto, a preço correntes (R\$ milhões) de 166.915 (IBGE, 2023; IPECE, 2023).

A pesquisa é de natureza descritiva, que tem a função de descrever as características de uma determinada população, assim como estabelecer relação entre variáveis do estudo. Associado a isso, também é feito o uso da análise tabular.

Os dados são de origem secundária, obtidos pela Relação Anual de Informações Sociais. As variáveis estudadas, no mercado de trabalho formal cearense, para os trabalhadores jovens e aqueles acima de 50 anos foram: o sexo, a faixa etária, a escolaridade, o tipo de vínculo e os setores econômicos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme exposto na Tabela 1, reduziu a quantidade de postos formais de trabalhadores jovens, com faixa etária de 15 a 17 anos, no período 2013 - 2017, de 49,64%, para 34,64%, no período 2017 - 2021. Na faixa de 18 a 24 anos, também ocorreram reduções consideráveis, de 21,92% para 4,06%, respectivamente, nos períodos citados. Já a faixa de 25 a 29 foi a que apresentou menor redução: de 13,12% para 1,16%, respectivamente, nos períodos em análise.

Isso contrasta com o percentual de trabalhadores acima de 50 anos (Tabela 1), pois, houve variação positiva na faixa etária de 50 a 64 anos, de 12,59%, para 10,43%, respectivamente, nos períodos considerados. Para a faixa etária acima de 65 anos, essa variação positiva foi de 22,67% (2013 - 2017) e 31,04% (2017 - 2021).

**Tabela 1.** Números absolutos de postos formais de trabalhadores jovens e acima de 50 anos no estado do Ceará em 2013, 2017 e 2021

Faixa etária/ano	2021	2017	2013
Trabalhadores jovens			
15 a 17	1.383	2.116	4.202
18 a 24	185.722	193.586	247.928
25 a 29	226.312	228.974	263.549
Trabalhadores acima de 50 anos			
50 a 64	251.754	227.968	202.481
65 ou mais	29.413	22.446	18.297

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2021.

Houve aumento na quantidade de trabalhadoras jovens: na faixa de 15 a 17 anos, no período 2013 - 2017, eram 24,61% e 32,56%, no período 2017 - 2021 (Tabela 2). As reduções, na faixa de 18 a 24 anos, foram as seguintes: homens (52,03%), no período 2013 - 2017; mulheres (37,49%), no período 2017-2020. Na faixa de 25 a 29 anos, 20,47% dos homens perderam postos de trabalhos formais no período 2013 - 2017; já as mulheres perderam 4,2%, no período 2027 - 2021.

Conforme a Tabela 2, as trabalhadoras na faixa de 50 a 64 anos tiveram 0,99% de perdas, no período 2013 - 2017 e 2,53%, no período 2017 - 2021. Já a faixa de 65 anos ou mais foi o contrário: aumento das mulheres (14,13%), no período 2013-2017, e dos homens (12,69%), no período 2017 - 2021.

Notou-se a escolaridade predominante foi na faixa etária de 15 a 17 anos (Tabela 3), a saber, o ensino médio incompleto, 65,29%, em 2021; 64,08%, em 2017 e 48,14%, em 2013. O ensino médio completo prevaleceu na faixa de 18 a 24 anos: 75,04%; 70,52% e 63,78%, respectivamente, nos três períodos citados. Também o ensino médio predominou na faixa de 25 a 29 anos: 64,35%; 59,89% e 57,07%, em 2021, 2017 e 2013.

O ensino médio completo predominou na faixa etária de 50 a 64 anos: 41,38%, em 2021; 36,66%, em 2017 e 33,62%, em 2013 (Tabela 4). Em 2021, o ensino médio completo foi maior na faixa de 65 ou mais anos, 39,32%. Nesta mesma faixa, o ensino superior completo se destacou: 31,69%, em 2017; 28,85%, em 2013.

Os trabalhadores jovens se concentraram nos setores econômicos acima do percentual de 54% em serviços e comércio (Tabela 5). Na faixa etária de 15 a 17 anos, em 2021, 41%, nos serviços; 2017 e 2013, 45,13% e 35,65% no comércio. A faixa de 18 a 24 anos no setor de serviços apresentou 37,16%, em 2021; 35,65%, em 2017 e 29,74%, em 2013. Quanto à faixa de 25 a 29 anos: no setor de serviços, 38,59%, em 2021; 34,88%, em 2017 e 31,73%, em 2013.

**Tabela 2.** Números absolutos de postos formais de trabalhadores jovens e acima de 50 anos por sexo no estado do Ceará em 2013, 2017 e 2021

Faixa etária/sexo	2021		2017		2013	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Trabalhadores jovens						
15 a 17	14.252	15.161	10.751	11.695	8.628	9.669
18 a 24	592	791	947	1.167	1.769	2.433
25 a 29	78.340	107.382	81.774	111.812	102.822	145.106
Trabalhadores acima de 50 anos						
50 a 64	96.907	129.405	99.421	129.553	11.252	152.297
65 ou mais	116.982	134.772	108.374	119.594	94.953	107.528

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2021.

**Tabela 3.** Números absolutos de postos formais de trabalhadores jovens e escolaridade no estado do Ceará em 2013, 2017 e 2021

Escolaridade/Faixa etária	2021			2017			2013		
	15-17	18-24	25-29	15-17	18-24	25-29	15-17	18-24	25-29
Analfabeto	1	134	246	1	111	175	1	289	351
Até 5ª Incompleto	4	583	1.540	3	1.451	2.156	25	3.164	3.826
5ª Comp Fundam	3	507	1.047	2	962	1.599	29	2.252	3.302
6ª a 9ª Fundament	84	2.894	5.115	126	4.288	6.062	251	10.019	11.128
Fundamental Com	50	7.013	10.754	75	10.470	14.210	246	21.161	24.194
Médio Incompleto	903	11.400	10.304	1.356	16.299	12.107	2.023	26.650	16.877
Médio Completo	319	141.030	145.641	532	136.517	137.145	1.590	158.130	150.408
Sup Incompleto	14	13.468	14.267	21	13.326	14.447	37	14.363	15.766
Superior Completo	5	8.639	36.550	0	9.925	39.388	0	11.825	36.978
Mestrado		49	791	0	230	1.572	0	66	635
Doutorado		5	57	0	7	113	0	9	84

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2021.

**Tabela 4.** Números absolutos de postos formais de trabalhadores acima de 50 anos e escolaridade no estado do Ceará em 2013, 2017 e 2021

Escolaridade/Faixa etária	2021		2017		2013	
	50 a 64	65 ou +	50 a 64	65 ou +	50 a 64	65 ou +
Analfabeto	2.579	221	2.001	207	1.362	146
Até 5ª Incompleto	12.173	1.545	11.506	1.193	13.592	1.979
5ª Completo Fundamental	6.649	679	7.569	631	8.146	985
6ª a 9ª Fundamental	15.940	1.599	16.062	1.828	17.008	1.435
Fundamental Completo	25.334	2.205	25.946	2.331	24.139	1.933
Médio Incompleto	8.981	831	9.234	1.060	9.104	965
Médio Completo	104.185	11.565	83.586	6.663	68.083	4.539
Superior Incompleto	3.880	643	4.034	676	4.043	545
Superior Completo	68.954	9.788	61.649	7.113	53.400	5.279
Mestrado	2.041	195	5.606	637	3.204	445
Doutorado	1.038	142	775	107	400	46

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2021.

**Tabela 5.** Números absolutos de postos formais de trabalhadores jovens e setor econômico no estado do Ceará em 2013, 2017 e 2021

Setor/Faixa etária	2021			2017			2013		
	15-17	18-24	25-29	15-17	18-24	25-29	15-17	18-24	25-29
Extrativa mineral	6	337	535	3	264	378	3	519	581
Indústria de transformação	138	43.690	44.180	225	42.905	43.245	747	63.904	57.334
SIUP	10	745	1.212	16	728	1.122	23	750	994
Construção Civil	80	6.606	9.032	42	6.471	8.936	153	14.011	14.864
Comércio	530	50.544	51.909	955	55.436	54.842	1.733	68.752	58.963
Serviços	567	69.012	87.341	843	69.017	79.875	1.449	73.743	83.625
Administração Pública	19	11.400	28.347	14	15.191	36.771	49	21.304	42.278
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	33	3.388	3.756	18	3.574	3.805	45	4.945	4.910

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2021.

Os trabalhadores acima de 50 anos se concentram acima de 75% nos setores da administração pública e de serviços (Tabela 6). Na faixa de 50 a 64 anos, na administração pública, com 41,9%, em 2021; 47,05%, em 2017 e 47,82%, em 2013. Na faixa acima de 65 anos, também no setor da administração pública, com 61,62%, 64,70% e 68,3% em 2021, 2017 e 2013, respectivamente.

De acordo com a RAIS no Brasil, a quantidade de trabalhadores com 50 anos ou mais aumentou em cerca de 1.306.788, entre 2011 e 2014. Importa salientar que está aumentando a participação daqueles com 65 anos ou mais, em números absolutos. A RAIS registrou cerca de 480,8 mil trabalhadores. O perfil do trabalhador com mais de 50 anos é predominantemente do sexo masculino, escolaridade maior do que a média do mercado. Um terço encontra-se no setor público, um terço em serviços e um terço distribuído entre os demais setores (AMORIM *et al.*, 2016).

Na faixa etária 15 a 17 anos, o vínculo preponderante foi o de aprendiz, com 71,29%, em 2021; 76,56%, em 2017 e 51,59%, em 2013 (Tabela 7). Em segunda colocação, o CLT pessoa jurídica na zona urbana indeterminado. Para as faixas de 18 a 24 anos e de 25 a 29



anos, o vínculo CLT pessoa jurídica na zona urbana indeterminado, com 80,69%, 83,08% e 81,77%; 83,43%, 81,77% e 81,68% para os anos de 2021, 2017 e 2013 respectivamente. Nesta faixa, o aprendiz ocupou segunda colocação. O estatutário predominou na faixa 25 a 29 anos.

**Tabela 6.** Números absolutos de postos formais de trabalhadores com mais de 50 anos e setor econômico no estado do Ceará em 2013, 2017 e 2021.

Setor econômico/Faixa etária	2021		2017		2013	
	50 a 64	65 ou mais	50 a 64	65 ou mais	50 a 64	65 ou mais
Extrativa mineral	553	47	482	37	549	37
Indústria de transformação	22.271	1.049	19.147	819	16.920	596
Serviços industriais de utilidade pública	2.113	330	2.027	162	1.952	147
Construção Civil	9.812	681	8.375	520	10.868	534
Comércio	22.867	1.241	20.382	1.042	16.490	664
Serviços	85.559	7.626	67.335	5.098	56.325	3.701
Administração Pública	105.485	18.126	107.265	14.523	96.832	12.497
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	3.094	313	2.955	245	2.545	121

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2021.

No primeiro trimestre de 2013, 93% dos jovens de 15 a 29 anos, entraram no mercado de trabalho brasileiro, com contrato celetista, que se reduziu 90% no primeiro trimestre de 2017. Os contratos temporários eram 4,1% das entradas no primeiro trimestre de 2017. Houve redução de 0,7% em comparação ao primeiro trimestre de 2013. Já os contratos de aprendizagem aumentaram sua participação de 3,6% para 5,9% (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

Na faixa etária 50 a 64 anos, o vínculo preponderante foi o de CLT pessoa jurídica na zona urbana indeterminado, com 52,87%, em 2021; 50,33%, em 2017 e 49%, em 2013 (Tabela 8). Em segunda colocação o regime estatutário. Para a faixa acima de 65 anos dominou o vínculo estatutário, com 56,73%, 56,98% e 61,54% para os anos 2021, 2017 e

2013, respectivamente. Nesta faixa, obteve segunda colocação o CLT pessoa jurídica na zona urbana indeterminado.

**Tabela 7.** Números absolutos de postos formais de trabalhadores jovens e tipo de vínculo no estado do Ceará em 2013, 2017 e 2021

Tipo vínculo/Faixa etária	2021			2017			2013		
	15-17	18-24	25-29	15-17	18-24	25-29	15-17	18-24	25-29
CLT U/ PJ Ind	341	149.870	188.803	459	160.828	187.235	1.936	208.881	215.277
CLT U/ PF Ind	2	510	750	3	632	801	4	737	877
CLT R/ PJ Ind	1	1.486	1.752	1	1.325	1.394	19	1.892	1.943
CLT R/ PF Ind	3	663	691	4	583	568	5	658	740
Estatutário	5	2.351	10.640	5	4.527	15.523	1	5.936	17.355
Estatutário RGPS	7	1.069	3.359	0	1.534	3.592	6	2.459	5.755
Estatut não efetivo	1	4.802	7.693	5	5.024	7.671	26	6.937	8.933
Avulso	0	39	72	0	108	157	1	245	247
Temporário	0	294	330	0	223	274	5	2.782	5.459
Aprendiz	986	15.237	36	1.620	13.366	6	2.168	11.704	17
CLT U/ PJ Determin	19	5.441	4.433	11	1.182	1.180	17	1.879	2.182
CLT U/ PF Determin	0	8	17	0	14	14	0	57	31
CLT R/ PJ Determin	13	34	28	0	23	37	0	268	208
CLT R/ PF Determin	0	23	15	0	13	17	0	26	14
Diretor	0	2	16	0	12	16	0	12	16
Contrat Prazo Deter	1	853	836	7	485	524	7	479	554
Contrat TMP Deter	2	212	400	0	233	358	0	362	349
Contrat Lei Estadual	0	231	1621	0	1.804	6.612	0	2	1
Cont Lei Municipal	2	2.597	4.820	1	1.670	2.995	7	2.612	3.591

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2021.

**Tabela 8.** Números absolutos de postos formais de trabalhadores com mais de 50 anos e tipo de vínculo no estado do Ceará em 2013, 2017 e 2021.

Tipo vínculo/Faixa etária	2021		2017		2013	
	50 a 64	65 ou +	50 a 64	65 ou +	50 a 64	65 ou +
CLT U/ PJ Ind	133.105	9.739	114.747	7.211	99.220	4.862
CLT U/ PF Ind	795	56	774	46	534	27
CLT R/ PJ Ind	1026	75	715	37	851	24
CLT R/ PF Ind	495	34	456	28	409	19
Estatutário	80.787	16.685	80.944	12.791	75.300	11.261
Estatutário RGPS	19.086	1.071	15.943	808	13.280	639
Estatutário não efetivo	8.630	1.264	7.769	1.048	7.239	941
Avulso	505	53	617	121	701	165
Temporário	106	7	214	19	1.649	53
Aprendiz	2	0	2	0	0	0
CLT U/ PJ Determinado	1.752	56	541	29	908	39
CLT U/ PF Determinado	6	1	10	0	17	0
CLT R/ PJ Determinado	7	0	10	0	23	0
CLT R/ PF Determinado	15	0	11	0	9	0
Diretor	95	36	104	26	80	23
Contra Prazo Determinado	215	12	192	11	189	3
Contrat TMP Determinado	40	6	47	13	78	12
Contrat Lei Estadual	1187	56	2449	86	1	0
Contrat Lei Municipal	3.900	262	2.373	172	1.993	229

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos postos de trabalho formal, sabe-se que o jovem tem como principal entrave de acesso a falta de experiência, dentre outros fatores. Já o trabalhador idoso, apesar da população está vivendo mais, o que também é um fator, mas a maioria, a renda que tem não é suficiente para atender a demanda relacionada a sobrevivência e muitos permanecem no mercado de trabalho para complementar a renda familiar.

Assim, as perdas de postos de trabalhos formais foram maiores nas faixas de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, ocorrendo o contrário para os trabalhadores acima de 50 anos. Houve mais aumento de empregos formais, principalmente, para os maiores de 65 anos ou mais.

Em relação ao sexo, há a predominância do sexo masculino; mas relativamente às mulheres, aumentaram na faixa de 15 a 17, no período em análise. Contudo, trabalhadoras nas faixas de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos tiveram participação reduzida no período 2017 - 2021. Homens e mulheres tiveram participação significativa na faixa acima de 50 anos. Não obstante, predomínio feminino na faixa de 50 a 64 anos, no período 2013 - 2021.

Quanto à escolaridade, predominou o ensino médio incompleto na faixa de 15 a 17 anos; o ensino médio completo nas demais faixas etárias, exceto na faixa de 65 anos ou mais, na qual também consta o ensino superior completo.

Os setores econômicos que mais empregam os trabalhadores jovens foram os serviços e o comércio. Já para os acima de 50 anos foram a administração pública e os serviços. O tipo de vínculo de emprego foi o aprendiz e o CLT pessoa jurídica na zona urbana indeterminado para os jovens. O regime estatutário e o CLT pessoa jurídica na zona urbana indeterminado mais empregaram trabalhadores acima de 50 anos.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, W. A. C. de et al. O Mercado de trabalho para trabalhadores com 50 anos ou mais no Brasil. Temas de economia aplicada 9, Informações FIPE, dez 2016 Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif435-9-24.pdf> Acesso em 08 set 2022

BRASIL, lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm) Acesso em 06 jun 2023

BRASIL, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm) Acesso em 06 jun 2023

CORSEUIL, C. H. L.; POLOPONSKY, K.; FRANCA, M. P. Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização. Brasília; OIT/IPEA, 2020

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7 ed. (3. Reimpr). São Paulo: Atlas, 2021

IBGE, Cidades e estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/> Acesso em 06 jun 2023

IPECE, Ceará em números 2021. Disponível em: [http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara\\_em\\_numeros/2021/territorial/index.htm](http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2021/territorial/index.htm) Acesso em 06 jun 2023

NUNES, M. B. de A.; FERNANDEZ, C. B. R. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. *Katál.*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 64-72, jan./jun. 2016 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/RbNFwQCdkkspf4tFTH3HfFS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 06 jun 2023

OLIVEIRA, T.; PRONI, M. W. Um mercado de trabalho heterogêneo e flexível: um problema persistente no Brasil. *Revista da ABET*, v. 15, n. 2, jul a dez de 2016, p. 60-86 Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/32888/17122> Acesso em 06 jun 2023

# A lacuna na política nacional de migrações e o surgimento dos novos apátridas

Autor:

## Pedro Carneiro Brasil

Advogado, pós-graduado em Direito Médico e em Direito Público. Pós-graduando em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Brasília - IFB e em MBA em Data Science e Analytics pela Universidade de São Paulo - USP

## Resumo

O homem desde os primórdios, sempre esteve em constante deslocamento nas mais variadas regiões do mundo. Nos últimos anos, um dos fatores que mais obrigaram os indivíduos a essa mudança foram os extremos climáticos. O presente estudo, busca encontrar uma forma de entender esse fenômeno e apontar um “Norte” visando remediar os casos em que os migrantes são forçados ao êxodo. Apresenta-se o avanço tanto da legislação brasileira quanto do resto do mundo. Mas, ressaltando que desde a metade do século passado, o Brasil apresenta uma lacuna na política nacional de migrações, decorrente da falta de regulamentação da lei de migração de 2017. Por isso, o País não consegue garantir a totalidade dos direitos humanos dos imigrantes que se socorrem em Território Nacional. Com esse pano de fundo, visa-se mostrar o crescente número desses migrantes e lançar luz sobre a urgência de uma normatização que se volte amplamente, tanto para os interesses e direitos dos recém-chegados como dos nacionais. Uma vez que ambos, são fortemente afetados pela sobrecarga dos serviços públicos.

**Palavras-chave:** Direitos humanos. pessoas deslocadas. políticas públicas. clima.

DOI: 10.58203/Licuri.21024

### Como citar este capítulo:

BRASIL, Pedro Carneiro. A lacuna na política nacional de migrações e o surgimento dos novos apátridas. In: SOARES, Maria de Lourdes (Org.). **Teias Urbanas: Estratégias de Sobrevivência, Transformação e Inovação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 46-56.

ISBN: 978-65-85562-10-2



## INTRODUÇÃO

O homem é um ser gregário e por natureza tem a fantástica qualidade de se relacionar com seus pares. O ambiente inóspito no começo dos tempos, a falta de atributos físicos e mentais o forçaram a se juntar a outras pessoas para se protegerem e sobreviverem ao meio selvagem que habitavam.

O que era uma necessidade para garantir a sobrevivência, com a evolução da humanidade se transformou em uma destacada habilidade. O homem aprendeu a ser mais eficiente trabalhando em equipe. Dessa forma, o homem é um ser social por excelência.

Com o amadurecimento dos direitos humanos ao longo do século XX diversas proteções foram de uma forma ou de outra, positivadas. Certo que as duas grandes guerras que assolaram o mundo deram início a escalada de regras. Propiciando a elaboração de diferentes normas que abriram o espaço para o surgimento do debate e, conseqüentemente, cada vez mais resguardar as condições humanas.

Observou-se o surgimento da Liga das Nações e no Pós-Guerra o nascimento da Organização das Nações Unidas - ONU. O Aparecimento desse órgão central serviu de base para que quase todos os países do Globo Terrestre passassem a adotar em suas legislações alguns dos propósitos e princípios contidos na sua Carta fundadora - a Carta das Nações Unidas.

O presente estudo tem o intuito de oferecer ferramentas e argumentos para fomentar o pensar se estamos aplicando ou não os direitos humanos no tocante a política nacional de migrações e, da mesma sorte, se estamos contribuindo ou não para o surgimento dos novos apátridas. O debate será realizado na perspectiva da existência ou não de efetivo mecanismo legal, capaz de conseguir combater a problemática dos indivíduos que são obrigados a abandonarem as suas casas.

## METODOLOGIA

A presente análise foi elaborada a partir de revisão de literatura, acessada nos portais Google Acadêmico, BVS, ONU, ACNUR, IBGE e GOV.BR. Além disso, vinte e um artigos científicos foram selecionados, dentre outros, para embasar as questões propostas.

A análise da literatura por meio de leituras preliminares e da coleta de dados são especialmente importantes, não apenas para aqueles cujo conhecimento sobre o tema é insatisfatório, mas também para os que necessitam do aprofundamento no conteúdo proposto.

No cruzamento dos dados e das ideias chegou-se ao produto deste estudo, para apresentar uma foto da realidade brasileira e traçar rumos para uma efetiva resposta do Estado brasileiro para que as dificuldades dos imigrantes sejam pelo menos minoradas.

## O PROCESSO MIGRATÓRIO

As migrações consistem nos deslocamentos de pessoas de uma área para outra, essa movimentação dos povos ocorre de cidades em cidades, de regiões, de estado, de países e de continentes. Assim, os fluxos migratórios fazem parte da biografia da humanidade, os quais ao longo do tempo, foram motivados por diversos fatores em contextos histórico, social, político e territorial.

Independente dos esforços despendidos pelos países, esses fenômenos ocorreram e ainda ocorrem pelas mais variadas razões. Contudo, um dos fatores mais imediatos é a busca por melhores condições de vida, seguido pela fuga forçadas decorrentes de guerras, conflitos e extremos ambientais.

A nacionalidade é um direito fundamental da pessoa humana. O nacional detém um vínculo jurídico-político com o Estado, que muitas vezes é, seu local de nascimento, possibilitando uso e gozo dos direitos decorrentes desta relação. Para GUERRA (2013) “pode-se afirmar que nacionalidade é o vínculo político jurídico que une o indivíduo ao Estado em que ele nasce e pelo qual o indivíduo passa a ter direitos e deveres com o Estado para com ele”.

Contextualizando com a nossa Constituição Federal de 1988, o artigo 12 elencou as formas de aquisição da nacionalidade brasileira. Para tanto, são brasileiros natos os nascidos em solo brasileiro e, em alguns casos, os filhos de pai ou mãe brasileiros em razão do sangue e os naturalizados.

A ausência de ligação com um país traz diversos entraves e estes se mostram latentes todos os dias. Mas para esse artigo, recorta-se, dentre tantos aspectos, a ampliação dos problemas climáticos que afligem cada vez mais as diferentes regiões do

planeta. Muitas vezes, o impacto do clima interfere na capacidade de algumas pessoas conseguirem alimentar suas famílias.

Dessa dificuldade identificada, surge a expressão: refugiado climático. Tal termo é atribuído às pessoas que não possuem vida segura no local de origem, por causas ambientais incomuns, conforme descreve o Instituto Humanitas Unisinos (2015).

SILVA (2009) relaciona como: “secas, desertificação, desmatamento, erosão do solo, escassez de água e mudança climática, além de catástrofes naturais, como ciclones, tempestades e inundações”. Em razão desses fatores muitos são obrigados a abandonarem as suas casas para fugirem desses eventos catastróficos. A ONU (2016) acredita ser inapropriado o termo, pois para o direito internacional, a palavra “refugiado”<sup>1</sup> descreve pessoas que fogem da guerra ou da perseguição e que atravessaram uma fronteira internacional.

No tocante às mudanças climáticas, inicialmente o fluxo migratório gerado é interno e, em casos de maior complexidade, atingem um patamar no qual os indivíduos são obrigados a cruzar fronteiras. Por isso, a ONU defende ser preferível fazer referência às pessoas, no contexto das mudanças climáticas, como deslocadas. Essas pessoas “deslocadas” podem ser internas ou externas, temporárias ou permanentes, distribuídas em duas classes. Uma, a primeira, é a que consegue escolher entre sair do local de origem e a segunda é aquela que é obrigada a deixá-lo.

A Figura 1 ilustra a grandeza numérica de refugiados climáticos. Apenas no ano de 2019, constatou-se a dura realidade da existência de quase 24 milhões de afetados no mundo.

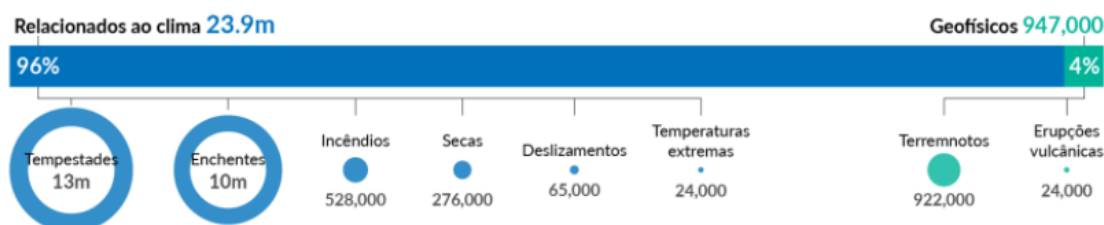


Figura 1.

Ilustração da grandeza numérica de deslocamento de pessoas por desastres em 2019.

Fonte: ACNUR, A Agência da ONU para Refugiados

<sup>1</sup> Refugiado é o termo usado no decorrer desse artigo, o termo em muito ilustra a situação vivenciada pelos afetados ao redor do mundo, embora, a ONU utilize o termo Deslocado.

Parcelas dos refugiados internos no Brasil e no mundo, conforme relatado no painel acima, está intimamente relacionado à intensificação dos eventos climáticos extremos e aos conflitos humanitários e a pobreza.

No mundo, segundo levantamento do relatório anual do Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno - IDMC divulgado pela ONU (2023), nas Américas o Brasil teve a maior quantidade de deslocados internos, sendo mais de 5 mil deles por conflitos por terra e 708 mil por desastres naturais.

Milhares de pessoas foram forçadas a abandonar suas residências, principalmente, devido a eventos climáticos extremos como fortes precipitações pluviais, severas secas e, aos reveses de enchentes exacerbadas pelo fenômeno *La Niña*.

Flagrante é a emergência gerada pelo fenômeno migratório, que o presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC, Hoesung Lee afirmou em 2022: "...urgência de ações imediatas e mais ambiciosas para lidar com os riscos climáticos. As meias-medidas já não são uma opção."

Corroborando com a relevância do tema, o Museu da Imigração do Estado de São Paulo em conjunto com a Coordenadoria de Residentes no Brasil - RCO realizou no mês de maio de 2023 uma exposição no museu justamente, apresentando como as mudanças do meio ambiente somadas a outros fatores sociais influenciam os deslocamentos humanos.

A própria comunidade acadêmica, recentemente, na figura da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, disponibilizou curso com certificação de cento e oitenta horas sobre os Movimentos Migratórios e Integração de Migrantes no Brasil. O curso é ofertado em parceria com a Defensoria Pública da União, Ministério das Cidades e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

## LEI DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA

A ONU editou em 1954 a Convenção da Apatridia conferindo aos sem nacionalidade dignidade e justiça. Nessa Convenção, foi reforçada a Declaração do Homem e do Cidadão de 1948. Na carta consta que à toda pessoa é ofertado o direito a possuir nacionalidade, bem como a trocá-la em casos de necessidade ou escolha. O Brasil é adepto a essa convenção, dentro outros diplomas legais, com a Lei 13.445/2017.

Desta feita, no Brasil a legislação de regência, a própria lei que condiciona o tema, já referida acima, informa da necessidade de regulamentação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. De fato, tal Lei até a presente data não teve a sua efetiva regulamentação.

Comungando da existência da lacuna jurídica ora discutida, em dezembro de 2022 perante a Comissão Mista sobre Migrações e Refugiados do Senado Federal, o jornalista Rodrigo Delfim, editor do site Migra Mundo, lembrou que somente entre o ano 2000 e 2017, cerca de 7,7 milhões de brasileiros tiveram que migrar para diferentes regiões dentro do Brasil "pelas mais diversas razões", mas especialmente devido a intempéries climáticas como secas prolongadas, desastres ambientais e inundações.

O hiato gerado pela ausência de uma Política Nacional de Migrações Brasileira pode ser sentido no próprio País e, como consequência se reflete, em diversas partes da América Latina. Para ressaltar a questão, atualmente, o caso mais visível está ligado ao colapso na prestação de serviços essenciais em importantes cidades da Região Norte e em regiões de fronteira de países limítrofes. O enorme fluxo de venezuelanos dos últimos seis anos, que fogem das mudanças climáticas e de um governo em franco declínio, deixa evidente a necessidade da urgente regulamentação.

No Brasil, a saúde, por meio dos movimentos sanitaristas da década de 1970 e 1980, foi elevada a proteção constitucional. A forma gratuita e universal, está prevista em primeiro momento para todos os brasileiros. Com a evolução, jurisprudencial e posterior legislação, estendeu-se esse direito aos estrangeiros que aqui estejam, mesmo que de passagem, não podendo o Estado, impedir que seja o serviço médico prestado.

Para REIS (2017) lembra que a Lei n 8.080/1990 e a Portaria n 2.446/2014 do Ministério da Saúde que são medidas protetivas dos estrangeiros em geral. A primeira estabelece a universalidade no oferecimento da saúde pública e a segunda redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde.

Reis ainda arremata que a totalidade de materialização da universalidade se traduz por meio de programas, inclusive com a Farmácia Popular. Um programa, onde o usuário necessita da apresentação de receita médica e de documento oficial com foto constando o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF. Uma exigência que não pode ser cumprida pelos estrangeiros. Constituindo-se assim, um verdadeiro obstáculo aos migrantes recém-chegados no país.

O forte aumento da demanda gerada pelo fenômeno migratório, tem causado problemas em áreas como a saúde, conforme mostra o relato acima. Contudo, além da saúde, as áreas de segurança e assistência social, como correlatas ao bem estar dos migrantes, também estão sobrecarregadas pela crescente população de apátridas.

## OS NOVOS APÁTRIDAS

O termo “apatridia”, que literalmente significa a ausência de uma pátria. Segundo VICHNIAC (1933) muito provavelmente vem do francês *apatridie*, sentença utilizada a partir da Primeira Grande Guerra, em alteração aos termos alemães antes muito difundidos: *Heimatlosigkeit* e, posteriormente, *Staatslosigkeit*. Preferiu-se também a fórmula “sem pátria” em oposição à opção italiana “sem polis” ou apolidia, já que a pátria havia há muito tempo superado os limites da polis.

Apropriando do conceito de apátridas oferecido pela ACNUR, esses são pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia surge das mais variadas razões, pode ser externalizada em uma discriminação contra minorias nacionais, uma falha em reconhecer os cidadãos como nacionais quando um país se torna independente na ocorrência de secessão de Estados, e nos conflitos de leis entre países.

Retornando ao caso dos venezuelanos, apenas para citar um exemplo, atualmente em um país vizinho tanto do Brasil quanto da própria Venezuela, o governo colombiano não concede cidadania a todas as crianças filhas de cidadãos da Venezuela.

Ilustrando o tema, mesmo fenômeno ocorre em outras partes do globo, como é o caso apresentado pela ACNUR, na publicação *I am here, I belong: The urgent need to end childhood statelessness* de 2015, *naquele periódico apresentou-se o caso do Venezuelano Julio radicado na República Dominicana, que sem ter o direito a ter um documento de identidade não consegue ter acesso a direitos, traduzidas literalmente as palavras dele: “mas todos os países têm alguns defeitos que precisam ser corrigidos. Você precisa ter um ID para poder fazer isso”*.<sup>2</sup>

Certo que uma política brasileira não pode ser aplicada a outros países, a falta de regulamentação faz com que os migrantes como os do regime da Venezuela deixem de

---

<sup>2</sup>“but every country has some defects that we need to work on. You need to have an ID to be able to do that”.



adotar o Brasil como um destino seguro. Embora, o Brasil não passe essa segurança que os migrantes buscam para começar uma nova vida, a crescente entrada de apátridas em território brasileiro, provocou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e ACNUR, a assinarem um acordo de cooperação técnica e ações conjuntas durante a realização do Censo Demográfico 2022/23.

O levantamento dos dados da feitura do Censo é de suma importância para compreender o perfil da população refugiada acolhida no Brasil. Entretanto, para que o uso desses dados sejam a base de políticas públicas se faz necessário que se estabeleça um diálogo com as necessidades desse segmento populacional, onde a regulamentação da lei de migração se faz urgente para a partir da junção dessas ações, ser possível enfrentar as novas demandas.

O Direito Constituinte é tido amplamente como “originário” e “ilimitado” e considerando os poucos anos da nossa jovem democracia. O Brasil é um Estado Democrático de Direito e tem como um dos seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, conforme consta no inciso III do art. 1º da nossa Carta Magna. Tal prescrição foi, mesmo que de modo indireto, retirada da Carta Universal dos Direitos Humanos da ONU, onde a expressão dignidade pode ser encontrada no preâmbulo, nos artigos primeiro, vigésimo segundo e vigésimo terceiro.

Destaca-se assim, como o Brasil, quase todas as constituições ocidentais que surgiram após a feitura da Carta da ONU a utilizaram como basilar. Os direitos ali declarados têm servido como mínimo existencial. Apesar do Brasil reconhecer o valor do multiculturalismo e da dignidade da pessoa humana somente aprovou a convenção pertinente sobre a redução de apatridia em outubro de 2007, internalizando o texto da Convenção celebrada desde 1961.

Certo de que toda pessoa tem direito a ter uma nacionalidade. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade. Neste modo, o art. 15º da Declaração Universal dos Direitos Humanos confere a cada indivíduo em todo o mundo o direito a um vínculo jurídico com um Estado.

De extrema relevância são os ensinamentos de ACHIRON (2005):

A cidadania ou nacionalidade não só fornece às pessoas um sentido de identidade, como garante aos indivíduos a proteção de um Estado, assim

como vários direitos civis e políticos. De fato, a cidadania tem sido descrita como o direito a ter direitos.

Para o periódico *Harvard Research in International Law*, ao comentar o art.1º da *Law of Nationality*, documento criado pela Liga das Nações em 1929, definiu-se nacionalidade como a ligação entre uma pessoa e um Estado, e ainda arremata que é o laço de lealdade bem como o termo usado para denotar a soma de obrigações da pessoa natural para com o Estado que pertence.<sup>3</sup>

Para fomentar a dialética, somente em 2005, o número de apátridas era alarmante. Pelos dados informados pela ACNUR, naquele ano somavam 1.455.000 apátridas no mundo. A busca da erradicação dos casos de apatridia depende de posturas de políticas públicas adotadas pelos Estados visando combater essa forma de degradação da personalidade humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indivíduos em situação de apatridia, mesmo que de forma transitória, têm subtraído o seu direito à dignidade. Dignidade essa, compreendida como a sua individualidade que engloba a perda do vínculo com o seu território natal, com seus pares, com sua língua e, da mesma má sorte, se vêem excluídos dos serviços públicos e das proteções estatais.

Como informado, trata-se de um dos grandes flagelos do mundo moderno. As pessoas deslocadas nos diversos contextos, inclusive o das mudanças climáticas, carecem que o combate da apatridia seja uma medida urgente de resguardo da dignidade da pessoa humana. Essa luta deve ser traçada com segurança jurídica, sendo a regulamentação da Política Nacional de Migrações de extrema necessidade. Tanto para salvaguardar relevante parcela da população, como ser um indutor de políticas públicas suficientes para resguardar os direitos humanos dos afetados direta e indiretamente.

Mesmo com a feitura da Lei 13.445/2017, passados todos esses anos sem a devida regulamentação, tal fato é responsável pela lacuna na política nacional de migrações. O

---

<sup>3</sup> “Nationality” is used in the convention always to indicate the relation between a state and a natural person; ... It may be observed, however, that the “tie of allegiance” is a term in general use to denote the sum of the obligations of a natural person to the state to which he belongs.

limbo criado por essa omissão legislativa coloca em risco o respeito à dignidade humana. Urgente é a alteração dessa situação, sob pena de perpetrar diversas ofensas aos direitos humanos dos envolvidos diretamente e, até mesmo da população nacional da região que sofre com o cenário demográfico. Aumento que ocasiona a falência dos serviços públicos e demais instituições do Estado.

## REFERÊNCIAS

ACNUR / UNHCR. *"I am here, I belong: The urgent need to end childhood statelessness.* ("» I am Here, I Belong - UNHCR - The UN Refugee Agency") "The UN Refugee Agency, 2015. Disponível em: [https://www.unhcr.org/ibelong/wp-content/uploads/2015-10-StatelessReport\\_ENG15-web.pdf](https://www.unhcr.org/ibelong/wp-content/uploads/2015-10-StatelessReport_ENG15-web.pdf). Acesso em: 15 maio. 2022.

ACNUR / UNHCR. *Apátridas.* Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/>. Acesso em: 15 maio. 2022.

ACHIRON, MARILYN, *Nacionalidade e Apatridia Manual para Parlamentares*, União Interparlamentar 2005. [http://www.ipu.org/PDF/publications/nationality\\_p.pdf](http://www.ipu.org/PDF/publications/nationality_p.pdf).

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Brasília, DF: Senado, 1990.

BRASIL. *Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Brasília, DF: Senado, 2017.

Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. *Movimentos migratórios e integração de migrantes no Brasil*. 2023. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/programa/126> acesso dia 10 de junho de 2023.

GLOBO -G1. *Milhares de filhos de refugiados venezuelanos nascidos na colômbia estão se tornando apátridas.* 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/05/23/milhares-de-filhos-de-refugiados-venezuelanos-nascidos-na-colombia-estao-se-tornando-apatridas.ghtml>. Acesso dia 10 de junho de 2023.

GUERRA, Sidney. *Curso de Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva, 2013 353-354

HARVARD RESEARCH IN INTERNATIONAL LAW, *Draft on Nationality, Harvard*, Supplement to the American Journal of International Law, v. 23, p. 22/23, 1929, disponível em: <http://www.uniset.ca/naty/maternity/23AJILSS13.pdf>.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU. *Refugiados climáticos não têm onde buscar asilo*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/169-noticias-2015/550292-refugiados-climaticos-nao-tem-onde-buscar-asilo> acesso em 11 de junho de 2023.

THE INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. *Relatório do ipcc ar6 wgii alterações climáticas 2022: impactes, adaptação e vulnerabilidade*, disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/> acesso dia 06 de maio de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014*. Redefine a política nacional de promoção da saúde (pnps). Brasília, df, 2014.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Visita temática = migrações climáticas e racismo ambiental*. 2023 disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/eventos/presencial/visita-tematica-migracoes-climaticas-e-racismo-ambiental>. Acesso dia 09 de maio de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Perguntas frequentes sobre deslocamentos por mudanças climáticas e catástrofes naturais*. 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/74931-perguntas-frequentes-sobre-deslocamentos-por-mudan%c3%a7as-clim%c3%a1ticas-e-cat%c3%a1strofes-naturais>. Acesso dia 06 de maio de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Brasil lidera em deslocados internos nas américas, diz relatório*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/05/1814262>. Acesso dia 08 de maio de 2023.

VICHNIAC, Marc. *Le Statut International des Apatrides*. In: Académie de droit international de La Haye, Recueil des cours, v. 43, 1933, pp. 119-245. p. 134.

REIS, ULISSES SILVÉRIO DOS. *O Brasil e o Combate à Apatridia no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, pág. 127. 2017.

SENADO FEDERAL. *Brasil precisa instituir Política Nacional de Migrações, aponta debate*, Brasília, Brasil 2022. 08 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/08/brasil-precisa-instituir-politica-nacional-de-migracoes-aponta-debate>. Acesso em: 02 de maio. 2023.

SILVA, SOLANGE TELES DA, *O direito internacional do meio ambiente*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009, págs. 46-48.

# Criando e Inovando no 4º Distrito: contribuição das subjetividades empreendedoras em Porto Alegre

## Autores:

### Luiz Henrique Apollo da Silva

Mestre em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

### José Luís Abalos Júnior

Doutor em Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### Joana de Oliveira Winckler

Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

DOI: 10.58203/Licuri.21025

## Como citar este capítulo:

SILVA, Luiz Henrique Apollo; , abalos júnior, José Luís; WINCKLER, Joana de Oliveira. Criando e Inovando no 4º Distrito: contribuição das subjetividades empreendedoras em Porto Alegre. In: SOARES, Maria de Lourdes (Org.). **Teias Urbanas: Estratégias de Sobrevivência, Transformação e Inovação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 57-83.

ISBN: 978-65-85562-10-2

## Resumo

Após passar por décadas de desindustrialização, o 4º Distrito de Porto Alegre/RS vem sendo centro das atenções da gestão municipal e de investimentos privados para o desenvolvimento planejado e idealizado como um espaço de inovação e criatividade. Esse estudo reflete sobre a reconstrução da paisagem deste território a partir de subjetividades dos agentes empreendedores recém-chegados no local, que repercute em uma nova governança urbana da cidade. Embasados em uma metodologia qualitativa, analisamos a contribuição do empreendedorismo em um território em transformação, a partir de duas grandes aglomerações: a das subjetividades criativas e a dos inovadores. Diferentes implicações desses empreendedores no 4D são discutidos, sendo demarcados pela heterogeneidade em seus formatos de relacionamento com a região e coalizões políticas na cidade.

**Palavras-chave:** Governança urbana. Cidades Criativas. Revitalização Urbana.

## INTRODUÇÃO

Este capítulo é fruto de uma pesquisa iniciada pelos autores no ano de 2020, resultado da combinação das temáticas de interesse e pesquisas correntes e anteriores nas áreas de Sociologia e Antropologia Urbana na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O artigo configura-se, portanto, como um ensaio interdisciplinar, a fim de compreender os sujeitos empreendedores criativos e inovadores que impulsionam subjetividades empreendedoras na construção de uma específica paisagem urbana presente na região denominada como 4º Distrito (4D), que, por sua vez, impacta na governança urbana na cidade de Porto Alegre/RS.

O 4D situa-se na zona norte da capital do Rio Grande do Sul/Brasil e caracteriza-se por ter abrigado o antigo distrito industrial da cidade. Este fato conformou uma região industrial-operária que até os anos de 1960 representava o principal polo econômico local. Este histórico do 4D se faz ainda presente na arquitetura dos antigos galpões de fábricas e das casas operárias em fita. “O processo de suburbanização e metropolização das atividades industriais” (Silva, 2019:55), iniciado nos anos de 1980, gerou a desindustrialização da área e o 4D passou a ser significado como um território “em abandono” até a primeira década do século XXI e, posteriormente, a ser lócus de diferentes projetos e iniciativas que visam sua revitalização. Na contemporaneidade, a “reconversão econômica” proposta e articulada por agentes públicos e entidades, o 4D figura na agenda pública local como área central para o desenvolvimento urbano e econômico da cidade de Porto Alegre. Os projetos de “requalificação urbana privadas, agências internacionais e organizações da sociedade civil, se inserem, dessa forma, em um contexto de competitividade global e internacionalização da cidade (Silva, 2019).

A delimitação atual do 4D se estende das proximidades da Estação Rodoviária (no Centro Histórico) até o Aeroporto Internacional Salgado Filho (extremo norte), um amplo trecho que abrange extensas avenidas que conectam Porto Alegre à sua região metropolitana. Esta delimitação entre as duas principais ligações - aérea e terrestre, além de ter uma linha ferroviária que passa pela região, também banhada pelo Lago Guaíba - não é mero acaso: trata-se de uma posição estratégica para facilitar o escoamento produtivo das antigas indústrias e que, atualmente, fomenta a atração de possíveis investimentos. Cinco bairros estão inseridos no perímetro que compõe o 4D, são



eles: Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá; os quais apresentam características demográficas, sociais e econômicas muito diversas.

É nesse escopo que, desde meados de 2012, são aglomeradas novas atividades que levam a visibilidade de eventos culturais e de inovação, bem como de atração de investimentos da economia criativa. Inicialmente com feiras e pequenos comércios locais, alguns espaços começaram a abrir, aproveitando-se do local somente com reformas do antigo bairro operário do Floresta para posteriormente ser ampliado geograficamente para as outras regiões. Articulações dos pequenos produtores e agentes culturais criaram uma rede chamada Distrito C e a partir dela foi se atribuindo uma nova marca de valor ao 4º Distrito (Silva, 2019). Alguns locais de maior atração de profissionais e empreendedores também começam a surgir no espaço. O Espaço Multicultural Vila Flores é um dos marcos mais importantes de restauração histórica, atração de eventos culturais, criação de um local de cooperação entre novos profissionais que buscam um espaço solidário, criativo e inovador para elaborar seus negócios.

Conforme mostraremos a seguir, a área começa a ser enaltecida pela mídia local que percebe o espaço como um atrativo de investimentos devido suas 'singularidades culturais e vocações econômicas'. A partir de então, o governo municipal também começa a se interessar na região como uma forma de salvação econômica, remodelamento para atração de negócios, de capital humano e de articulação para a cidade de Porto Alegre poder se inserir aos fluxos de investimentos mais inovadores. Paralelamente e em articulação, espaços de *coworking*, cafés, locais de festas e bares passam a ser criados com o fim de aglomerar e revitalizar o espaço, ou seja, determinar a região como uma ampla área de atração de investimentos, de criação de parcerias entre tecnologia, conhecimento e entretenimento noturno, enaltecendo o território como um espaço adequado aos serviços de profissionais com um determinado perfil: inovador e criativo.

Projetos de operação urbana consorciada, que se ligam a empréstimos e consultorias internacionais como o projeto Masterplan<sup>1</sup> (Masterplan, 2016) dão base aos discursos políticos e midiáticos para visar melhorias e adequações econômicas ao espaço.

---

<sup>1</sup> Elaborado em 2016, a pedido da Prefeitura à Fundação da Escola de Engenharia (FEEng) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Masterplan é um projeto urbanístico para a região do 4º Distrito com diferentes estratégias, por isso, um instrumento a ser usado conforme as articulações políticas convenientes. O seu propósito principal é a reversão do processo de degradação da área, pela atração de investimentos econômicos que visam estabelecer na região *clusters* de negócios, empreendimentos imobiliários para adensamento populacional, qualificação do patrimônio construído, com financiamento de intervenções e priorização de PPPs (NTU-UFRGS, 2017).

Além do mais, articulações dos principais interessados entre o empresariado local, construtoras e incorporadoras, *coworkings*, universidades e prefeitura se juntam e criam o Pacto Alegre<sup>2</sup>, encabeçando, mais tarde, o Programa +4D. Portanto, o 4D vem sendo palco de disputas de projetos e investimentos entre diferentes agentes que participam do planejamento urbano e que vislumbram transformá-lo em um distrito de inovação e criatividade. Os debates sobre as reestruturações econômicas iniciadas a partir de meados de 2012, aliam-se aos regimes urbanos de privatização dos serviços, financeirização da cidade, articulando investimentos dos empreendedores como forma de experimentação para construção de um novo regime urbano de cidade empresarial em Porto Alegre, que relaciona novas paisagens urbanas às aderências das subjetividades empreendedoras. Nesse contexto, o problema de pesquisa que está atribuído a este artigo consiste em: *Como as subjetividades empreendedoras criativas e inovadoras do 4º distrito relacionam-se com projetos de governança urbana de Porto Alegre?*

## PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo de investigação sobre o 4D supõe um desenho metodológico flexível, aberto à incorporação de atores sociais emergentes que aparecem no trabalho de campo (Guber, 2009). Através de uma proposta de pesquisa qualitativa fazemos usos de elementos metodológicos como análise documental, análise de mídia, entrevistas semi-estruturadas, usos de imagens e observação direta através de caminhadas pelo território do 4º Distrito.

O campo empírico é construído através do mapeamento das áreas em transformação, diários de campo, descrição de localidades, agentes e eventos importantes de debates e enaltecimento da região.

A análise de documentos se refere a dois modelos de fontes: uma primária vinculada a documentos da administração pública municipal, outra secundária relacionada a reportagem e matérias divulgadas por canais de mídia tradicionais. Os documentos

---

<sup>2</sup> O Pacto Alegre está organizado em torno de seis macrodesafios, quais sejam: a) atração e retenção de talentos; b) transformação urbana através de ambientes inteligentes e criativos; c) geração de um ecossistema inovador de classe mundial; d) promoção da imagem da cidade; e) melhoria da qualidade de vida através do bem-estar com saúde, educação, segurança, cultura e meio ambiente; f) modernização da administração pública qualificando o acesso de serviços para a população e para empresas). O Pacto Alegre propõe cerca de 40 projetos de intervenção urbana e de gestão da cidade (PACTO ALEGRE, 2022).

gerados pela prefeitura de Porto Alegre a serem analisados aqui dizem respeito a grandes projetos de intervenção urbana, mais detalhadamente apresentados no “MasterPlan” e na governança do “Pacto Alegre”. Através de um processo de divulgação em suas plataformas, imagens de projetos que são de possível acesso público e trazem elementos interessantes, como a idealização paisagística de como o território é projetado para o futuro.

Na análise de mídia (reportagens ou notícias veiculadas) nosso interesse recai em uma “ideologia do crescimento” (Logan, J. & Molotch, H. 1987) apresentada por empresas do ramo da mídia de massa que divulgam uma diversidade de narrativas e de imagens do território do 4D. A midiaticização das transformações urbanas nessa região se torna mais evidente no processo de pesquisa em que somos atravessados por notícias do 4D semanalmente. Essa cobertura jornalística não é apenas prolífica, mas também diversa nos jornais locais. Foram analisados grandes divulgadores de massa da região: Jornal do Comércio, Zero Hora, Correio do Povo e Sul21. As representações do 4D mudam com o tempo e variam de acordo com a plataforma de divulgação. Nesse sentido cabe-nos um olhar crítico a estas matérias percebendo que são fontes secundárias que passam pelas políticas das redações (Male, 2000) e também um olhar sociológico que abrigue outras fontes de mídia alternativa, além dos jornais de grande circulação.

A seleção das pessoas a serem entrevistadas foi se realizando à medida que avançava o processo de investigação, partindo em princípio do olhar dos atores sociais (habitantes, artistas criativos, gestores públicos, etc). Portanto, o número de entrevistados não foi definido a priori, realizando-se uma “construção progressiva na mostra” (Glasser y Strauss, 1967), mecanismo que permite adicionar casos ou unidades de análise não previstas, que resultem significativas. O roteiro de entrevista foi previamente construído levando em conta questões de trajetória de vida, vínculos com o bairro, parcerias com organizações públicas e privadas e dinâmicas do empreendedorismo. Tendo em vista as três pesquisas envolvidas, neste trabalho foram consideradas quatro entrevistas realizadas com representantes da classe criativa e inovadora, que foram identificados nas etapas de análise documental para este artigo.

Já a observação direta (May, 2000) associamo-la como a produção de imagens fotográficas do território e de participação em eventos presenciais ou remotos<sup>3</sup>. Caminhar

---

<sup>3</sup> Estivemos presentes em alguns eventos como parte de uma observação participante, para entender quais os principais pontos de debate e de posicionamento dos atores-chave da região, como por exemplo o *South Summit Brazil*, realizado no ano de 2022.

pela região permitiu uma visualização de elementos de transformação territorial e a captação de imagens do 4D nesses itinerários de caminhada gerou um acervo imagético que pode ser composto com outras experiências de coleta de dados. Ao todo foram realizadas três caminhadas pelo 4D, mais especificamente nos bairros Floresta e São Geraldo que condensam muitos elementos estéticos relacionados a um patrimônio industrial, assim como são territórios alvos para novos empreendimentos. Nossa meta foi caminhar pelas ruas do 4D fotografando-as através de uma pergunta norteadora: “quais são as transformações paisagísticas acopladas na ideia de inovação e criatividade, que estão atribuídas à paisagem urbana do território?”. Inspirados por tal questão, produzimos uma série de materiais em forma de narrativas que contam histórias sobre a região. Algumas das imagens são apresentadas a seguir (Figura 1), apontando a diversidade de elementos que fomos vinculando à análise do artigo.



**Figura 1.** Paisagens do 4D. Fonte: acervo dos autores, 2021.

Essa metodologia de base junto às técnicas metodológicas utilizadas, levou a pesquisa a compreensões sobre o território, a partir dos projetos de investimentos relacionados aos agentes empreendedores que se inserem no 4D. Para construir uma análise sociológica e antropológica com a perspectiva de uma arena de relações de poder em um território em transformação, a pesquisa se apoiou em um referencial teórico fundamentado na cidade empresarial como “pensamento único”, nas subjetividades empreendedoras ligadas a ela e a criação de uma nova paisagem urbana adequada a esta revitalização. E é este detalhamento teórico na pesquisa que será compreendido a seguir.

## TRANSFORMAÇÃO URBANA E EMPREENDEDORISMO: A RECONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM NO 4º DISTRITO

Apoiados nos escritos de David Harvey (2001), compreendemos que o dinamismo capitalista impacta nas cidades a partir de uma constante transformação, produzindo uma geografia histórica distintiva e transformando a paisagem física e social da urbanização segundo a lógica de circulação e acumulação do capital. Existiria, portanto, um processo dialético de feitura da cidade, na qual ela é tanto condição de processos sociais de transformações em andamento, quanto produto dessas mesmas condições.

Para Harvey (2001), a partir das décadas de 1970 e 1980, haveria uma reorientação das posturas das governanças urbanas nos países capitalistas mais avançados. A governança urbana, nos termos do autor, consiste em um conjunto de forças mobilizadas por diversos agentes que ampliam o poder real de reorganização da vida urbana, que extrapola a lógica de “governos locais”, transformando-os apenas em coordenadores e incentivadores de uma determinada vida social da *urbe*. A reorientação de suas posturas diz respeito a substituição de um planejamento urbano de tipo administrativista - marcante nas décadas anteriores, cujo cerne estava atrelado à racionalidade, à funcionalidade e o zoneamento do urbanismo moderno - por um planejamento, supostamente, mais eficiente, inovador e empreendedor, que inaugura aquilo que o autor chama de “empreendedorismo urbano”. Esse, por seu turno, estaria ligado, sobretudo, à flexibilização: da estrutura produtiva em relação ao território, da organização da unidade de produção (que se fragmenta), das relações de trabalho, da crescente diversificação dos produtos, dos mercados, da informação, do conhecimento, entre outros - tudo alimentado pelos significativos avanços tecnológicos que marcaram a virada de século (Maricato, 2005).

Harvey (2001) observou empiricamente os principais elementos que caracterizariam o empreendedorismo urbano, como a institucionalização da noção de parceria público-privada, o objetivo de atrair fontes externas de investimentos e empregos e sua atividade especulativa em relação a riscos, através da execução de projetos especulativos, por vezes, fragmentados, em detrimento de projetos racionalmente planejados e coordenados nas cidades. Segundo o autor, tal movimento evidenciaria o enfoque na economia política em lugar do território, isto é, estariam sendo privilegiados projetos de centros culturais, de varejo, de entretenimento e empresariais em detrimento de projetos ligados a temas

como moradia, educação, saneamento, entre outros. Contudo, para se realizar de fato tal movimento, foi necessária a emergência de um consenso no bojo das governanças urbanas, no qual tanto os vínculos entre setores públicos e privados se estreitaram, quanto a ideia de que os governos locais deveriam prezar pela eficiência, competitividade e rentabilidade com o objetivo de atrair novos empreendimentos e investimentos para suas cidades. Mais que isso, os governos locais deveriam ser capazes de “imprimir sua própria marca empreendedora e empresarial, enfrentando a grande mudança econômica e social provocada pela reestruturação tecnológica e industrial” (Blunkett e Jackson, 1987, p.108-142 *apud* Harvey, 2005:165). Nesse contexto, criam-se estratégias de *marketing urbano*, sobretudo a partir de consultorias internacionais, que inserem as cidades, de acordo com Vainer (2000), nos modelos propugnados pelo receituário neoliberal: o mercado externo qualifica a cidade como mercadoria, ao mesmo tempo que ela própria se transforma em cidade-empresa (Vainer, 2000).

Acompanhando a perspectiva crítica de Harvey (2005), Maricato (2015), Rolnik (2017) e Arantes, Vainer e Maricato (2000), apontam que este processo de reestruturação marcada pelo aprofundamento do planejamento neoliberal conformou não apenas a urbanização em escala global, como a própria urbanização brasileira. Arantes (2000), por exemplo, aponta como a cultura local pode transformar-se, ela mesma, em um *marketing urbano* com o objetivo de atrair capital externo, funcionando como uma vitrine. Nesse sentido, a cultura se transmuta em uma das mercadorias possíveis para inserir as cidades nos fluxos globais de financiamento e investimento.

As práticas de empreendedorismo urbano, portanto, passam a ser entendidas como um único caminho para projetar as cidades. Tal consenso é tão intrincado na governança urbana contemporânea que Arantes (2000) classifica-o como a emergência de um “pensamento único” que orienta ações e discursos de agentes locais em sintonia com os ensinamentos dos *cases* de sucesso globais, frequentemente consultados. Nesse contexto, a globalização teria impulsionado nas cidades a eliminação das barreiras espaciais para produzir diversas paisagens geográficas apropriadas a essa dinâmica de reorganização do espaço que, por sua vez, dá sustentação constitutiva à acumulação do capital, através de uma incessante reterritorialização (Harvey, 2005), cujos elementos da eficiência, da criatividade, da inovação e do empreendimento passam a ser centrais no seu planejamento e funcionamento.



A remodelação constante do 4D é um exemplo de uma região que vai se adequando às novas diretrizes globais de acumulação flexível para atração de um capital de maior liquidez. São gerados eventos e planejamentos urbanos a partir de coalizões empresarial e representações do estado à nível municipal, criados benefícios fiscais, empréstimos internacionais e alocação de empreendedores da área de inovação e tecnologia transformando uma paisagem industrial para a destinação de serviços criativos e inovadores. É assim que são estabelecidas ações de coalizão ao território do 4º Distrito, para torná-lo um ativo financeiro, a partir da demonstração de vantagens comparativas de um espaço destinado a investimentos: a aglomeração de novos empreendimentos atrai capital e trabalhadores flexíveis que revitalizam o lugar. Os empreendedores trazem o caráter em rede e colaborativo de um mundo profissional que passa a ser construído a partir da multiplicidade de encontros e conexões temporárias, e diversificado culturalmente, portanto, cosmopolita e globalizado. Conforme aborda Boltanski e Chiapello (1999), são os projetos que oportunistam essas conexões para negócios que criam valores, ampliam as redes, embora temporárias, adequando-se às “flexibilizações”.

O caráter de vantagem desse profissional são suas conexões, habilidade comunicacional, espírito aberto e curioso, flexível, autônomo e que, por isso, busca espaços que facilitem essa liquidez de capital. É aí que os projetos de uma cidade destinada aos novos investimentos empresariais confluem no processo de financeirização: adequam a paisagem urbana para ser atraente ao capital e ao profissional. E os locais de *coworkings* e de espaços multiculturais acabaram sendo os espaços ideais para essa confluência de destinação de novos investimentos e novos projetos.

Especificamente no 4D, observa-se essa mudança de perspectiva de projetos do final de década de 1990, com a emergência de uma agenda urbana desencadeada pelo novo modelo de organização sociotécnica ancorada no conhecimento, na ciência e na tecnologia, como o programa Porto Alegre Tecnópole (PAT) (Marx; Araújo; Souza; 2021). Já em 2016, o projeto Masterplan aprofunda essa tendência, com redes internacionais de valor do capital informacional, associando a região a emergência de um *cluster* de negócios ancorado em conceitos como *smart cities*, distritos criativos e áreas de inovação tecnológica para atração de investimento e promoção de parcerias público privadas (NTU, 2016), a fim de construir uma cadeia produtiva que atraia empresas âncora como *startups* e incubadoras. Segundo Clark (2020), projetos de cidades inteligentes promovem e facilitam o novo modelo de flexibilidade do trabalho enquanto uma forma de



empreendedorismo urbano individualizado, posicionando cidades e vendendo-as como espaços de mudança tecnológica e produção do consumo emergente na economia do conhecimento. Nesse sentido, as cidades tornam-se espaços experimentais de serviços e trabalhos flexíveis, fazendo com que as práticas de empreendedorismo urbano convirjam com os projetos de cidades inteligentes e cidades criativas para remodelar a paisagem física das cidades.

É nesse sentido que podemos identificar mudanças de dinâmicas paisagísticas no 4D. Filiando-nos à perspectiva de Sharon Zukin (1993), a paisagem não apenas denota o significado geográfico usual de "ambiente físico", mas também se refere a um conjunto de práticas materiais e sociais e sua representação simbólica. (Zukin, 1993:4). Nesse sentido, o que o 4D nos apresenta é uma paisagem híbrida com uma preponderância estética relacionada a permanência de edificações dos tempos da industrialização de Porto Alegre: grandes galpões e chaminés antigas podem ser vistas como representações materiais de um processo de gradativo abandono do ambiente construído da cidade pós-industrial (Ley, 2010). Assim como essa mesma paisagem "vernacular" (Frank; Yamak; 2018) que carrega consigo uma estética da ruína, vem sendo reapropriada pelos projetos que se apresentam como renovadores deste território.

Para Zukin (1993) tais resquícios das antigas paisagens industriais são uma faceta do poder do capital financeiro nas grandes metrópoles, pois podemos pensar no fato que "a grande quantidade de ruínas e pequenos ambientes desocupados ou abandonados são propriedades de agentes com grande capital financeiro" (Zukin, 1993:6). Isso significa que corporações poderosas financeiramente têm uma capacidade proeminente de impor sua visão na paisagem - enfraquecendo, remodelando e deslocando a vista do vernáculo. Por isso, "fazer uma paisagem" é, também, recriar a topografia natural em imagens de poder e essa mesma paisagem industrial, como é o caso do 4D, é hoje caracterizada por uma "evocação" para novos usos do mercado.

Se a paisagem urbana pós-moderna é repleta de apropriações culturais, podemos perceber isso através da proliferação dos empreendimentos criativos e inovadores no 4D. É perceptível aqui um interesse na preservação histórica ou restauração de antigas casas e galpões, pois há uma "propriedade estética" atrativa com potencial de *marketing urbano*. Afinal, como diz um dos nossos interlocutores de pesquisa, "quem não gostaria de tomar cerveja ao lado de uma antiga fábrica de cerveja do século passado?". Zukin (1998:82) reflete sobre esse processo abordando a paisagem urbana pós-moderna, através

da restauração e renovação de antigos lugares e sua renovação como espaços de consumo na última moda.

Nesse sentido podemos perceber um “fetiche” pela paisagem industrial (Bridge, 2001), tanto pela agradabilidade estética, quanto pelo potencial de acumulação de capital que elas evocam. As paisagens do 4D, assim como a caracterização feita de outras paisagens industriais (Lloyd, 2010; Brown-Saracino, 2013, Zukin, 1993), dizem respeito a idealização da “destruição criativa” da paisagem industrial, no sentido de que há um fenômeno de (re)investimento econômico e simbólico que busca a produção de “ilhas de prosperidade em meio às ruínas da era industrial” (Zukin, 1993). Portanto, configura-se um processo de apropriação de paisagens industriais no 4D por empresários criativos e inovadores que é, justamente, uma paisagem pensada para quem quer atrair um público específico, tal como, jovens urbanos com poder de consumo e flexíveis a reestruturação laboral.

É sob essa perspectiva de empreendedorismo urbano que observamos as justificativas nas atuações, nas transformações e nas chegadas de capital de determinados profissionais ao 4D. São empreendedores inovadores e criativos de diversas áreas que formam redes de experiências, conhecimentos, informações e espírito de colaborativismo, enaltecidos nos discursos e campanhas publicitárias institucionais. Tais agentes interagem com o governo local, conformando uma governança urbana, cujo cerne marca a transferência de um administrativismo burocrático às práticas de empreendedorismo urbano. É sua subjetividade que recria de forma complementar as novas paisagens do 4º Distrito, cujas atuações serão analisadas a seguir.

## SUBJETIVIDADES EMPREENDEDORAS: CRIATIVAS E INOVADORAS

Subjetividades criativas e inovadoras têm sido fomentadas por diferentes agentes na cidade de Porto Alegre, em especial na região do 4º Distrito. Se por um lado, desde 2010, assistimos a um advento do Distrito Criativo que vem agregando uma migração de artistas para região (Silva, 2019), por outro lado também percebemos iniciativas privadas de *coworking* de *startups* como a Fábrica do Futuro, bem como projetos público-privados da articulação como o Pacto Alegre, que evidenciam esse processo. Desta forma, agora

nos direcionamos a uma reflexão sobre como tais debates de políticas urbanas estão relacionados a trajetórias de atores sociais e projetos de vida na cidade.

As fronteiras entre subjetividades criativas e inovadoras, como veremos, são tênues. Em muitos casos há um processo de convergência no que se refere a trajetórias de empreendedores criativos e inovadores, principalmente quando nos referimos a marcadores sociais da diferença como classe e raça. Da maneira oposta, percebemos descontinuidades importantes entre os dois campos como a visão sobre as parcerias possíveis com o poder público e privado. Isso não quer dizer que homogeneizamos um campo do que chamamos aqui de criativos e inovadores. Há diferenças internas entre estes coletivos que têm graus variáveis de coesão social. Neste contexto, apresentamos inicialmente uma experiência de empreendedorismo criativo e passaremos para outra de experiência de empreendedorismo inovador e demonstraremos como é possível realizar uma comparação destes dois campos.

## Subjetividade Criativa

Espaços criativos foram os primeiros a serem criados no 4º Distrito, através da aglomeração entre artistas, pequenas lojas e agentes ligados ao setor cultural da cidade no bairro Floresta, local que possui melhores indicadores de urbanização, infraestrutura e renda, além da presença marcante de um importante patrimônio histórico e cultural, comparado ao restante do 4D (SILVA, 2019). Além daqueles pequenos comerciantes já inseridos, principalmente brechós e antiquários, a partir de 2012, alguns empreendimentos chegaram ao bairro atraindo novidades com suas ideias de eventos e atratividades de um novo público ao local, ainda desvalorizado.

Enumeram-se alguns importantes marcos. Primeiramente, os eventos culturais e debates com os moradores que criaram a Associação Refloresta, encabeçada pelo antigo proprietário do Hostel Boutique. Este empresário elaborou uma rede que fazia pequenos encontros culturais/comerciais como brechós em rua, poesias nas janelas, feiras de alimentos, pequenas limpezas e reformas nas ruas pelos próprios moradores ou como pressão social à prefeitura. A rua São Carlos, neste início, passou a ser atrativa por ser onde a maior parte desses eventos ocorriam e empreendedores estavam localizados.

Na mesma proximidade, um grande espaço abandonado é herdado por uma família que começa a investir e trazer diferentes públicos ligados à arte e a arquitetura para reformar e criar a Associação Cultural Vila Flores. Mantendo a construção desenhada pelo

renomado arquiteto da cidade Lutzenberger, o Vila Flores é uma associação privada que adota colaboração em aluguéis para diversos setores da área criativa: *design*, arquitetura, artes, cafés, hortas urbanas e promove diferentes eventos como seminário, feiras, exposições e festivais, no seu espaço múltiplo. Aos poucos sua ampla atuação e atratividade cultural e econômica fez o Vila Flores estar entre as principais rotas culturais da cidade, além de construir diversas articulações com os moradores e comerciantes locais.

Paralelamente, outros pequenos negócios começam a se instalar no bairro, assim como alguns, que até então estavam invisibilizados no local, começam a ser reconhecidos. Uma das principais propulsoras desse reconhecimento para o fortalecimento desses empreendedores e artistas foi a criação, por um idealizador, da marca Distrito Criativo (ou Distrito C). Amparados nas narrativas de economia criativa, essa rede agrega mais de 80 agentes com diferentes negócios (cinema, artes plásticas, cafés, agências de publicidade, brechós, casas de festa, espaços de *coworking*, ...) e foi enaltecida pela sua aglomeração conveniente pelo território ainda pouco valorizado, mas reconhecido pela potencialidade dos empreendedores que ali se estabeleciam com seus produtos e serviços diferenciados. A promoção de contatos, eventos, atividades de integração, de preservação e visitas, de contribuição às melhorias dos patrimônios ambientais e históricos desenvolvidas por este idealizador começaram a criar uma imagem lúdica e criativa ao território, sendo visada pelos investidores públicos e posteriormente por maiores investidores privados.

Essas articulações elevaram os meios midiáticos locais a iniciar um enaltecimento da região a partir de uma ideia de valorização das "singularidades culturais e vocações econômicas" (UNESCO, 2009) da cidade, pela novidade dos setores considerados criativos, atribuindo referências de órgãos internacionais como a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). A economia criativa passou a se tornar a aparente salvadora para a retomada econômica daquele território supostamente ocioso e também para atração de maiores investimentos à cidade.

Ao mesmo tempo em que são pioneiros no espaço, esses novos ocupantes também reivindicam um olhar mais universal e de visibilidade às conflitualidades e às desigualdades presentes na produção do espaço urbano. É o que está composto nos ideais da cidade criativa, relacionados a economia criativa, constituído pela revalorização de ambientes favoráveis a investimentos em cultura, tecnologia e conhecimento, valorizando

as culturas locais como um ativo diferenciado (Landry, 2005). Dessa forma, seu posicionamento acaba sendo de mediador no debate sobre o direito à cidade atribuído com a chegada de novos investidores e tentando valorizar a cultura local, o que gera ambiguidade na articulação entre as tendências de mercado e a inclusão cultural e a arte participativa.

Os criativos ali inseridos, segundo uma das interlocutoras, reconhecem-se como empreendedores 'pé no barro', ou seja, que trazem adaptabilidade e criatividade com o que existe no território e por isso, tentam manter uma relação de pertencimento com a região a partir de vínculos e construção de comunidade junto à vizinhança. Um dos projetos mais significados da relação de empreendedores criativos com a comunidade do entorno se chama “De Vila a Vila”. Segundo uma empreendedora social (como se denomina), o Vila Flores não deseja ser um “disco voador” no território e busca realizar dois movimentos: o primeiro é ir até comunidades carentes do entorno elaborando projetos como o de construção de uma pista de skate e o de angariar fundos para construção de novos espaços de reciclagem modernos para geração de renda na região, enquanto que o segundo é convidar a comunidade para estabelecer uma relação mais próxima com o espaço do Vila Flores. Este segundo movimento ficou expresso na produção de uma exposição denominada “Você (também) está aqui!” sobre o 4º Distrito de Porto Alegre e no lançamento do livro sobre o projeto.

Na publicação buscamos ecoar as vozes deste território, retratando as muitas mãos que, juntas, estão costurando, modelando, pintando, plantando, construindo, reciclando e se impulsionando pelos caminhos, para que possamos chegar em um lugar mais coletivo, de bem viver para todas e todos. É uma utopia possível, que não podemos deixar de sonhar<sup>4</sup>

Além desse relacionamento com a vizinhança com projetos diversificados, há uma preocupação direta com a preservação histórica a partir do patrimônio local, a fim de utilizá-lo como parte turística e de embelezamento do território. As visitas acompanhadas pelo idealizador do Distrito C é um excelente exemplo de alguém que se preocupa em mostrar o charme discreto das paisagens ignoradas da região, assim como traz Elsa Vivant

---

<sup>4</sup> Acesso em 20 de Julho de 2022. Link: <https://www.brasildefatores.com.br/2022/03/17/vila-flores-lanca-livro-sobre-o-projeto-de-vila-a-vila-nesta-segunda-feira-21>

(2012) em sua descoberta sobre as cidades criativas. Em uma das narrativas de entrevista com esse interlocutor, o agente demonstra esse foco que vincula o reconhecimento histórico do espaço sob o ponto de vista de enaltecimento dos empreendimentos criativos que surgem no local:

Mais interessante que as grandes fábricas antigas, de difícil acesso e localização de seus proprietários, são os pequenos sobradinhos. São eles que dão a cara do Distrito Criativo porque são de fácil acesso. São aproveitáveis porque são que os artistas gostam, é um lugar que pode ter um restaurante, um atelier, um empreendimento criativo. Esses pequenos espaços, que dão a autenticidade da história do bairro e que fazem o Distrito Criativo ser o que é.

São estes agentes que deslocaram uma virada cultural para o bairro, trazendo um público externo para conhecer o 4D e que, posteriormente, foi sendo elevado para interesses de parcerias institucionais e de maiores empreendimentos financeiros e econômicos na criação de projetos urbanos e de atração de investimentos. Um marco institucional importante para o bairro Floresta que estipulou essa retórica de visibilidade de um *upgrading* cultural foi a chegada do Museu de Arte Contemporâneo do Rio Grande do Sul (MACRS), que se utiliza dos mesmos elementos de reconfiguração de um antigo galpão para criar um local de atratividade cultural e criativa. A seguir, mostramos alguns elementos característicos desses locais criativos (Figura 2).



**Figura 2.** Ambientes criativos no 4D. Fonte: acervo dos autores, 2021.

É notório o adensamento de profissionais criativos na região que passa a atribuir ao território novos parâmetros de urbanização ao mesmo tempo em que preservam as memórias de organizações sociais de outros ofícios, moradia ou espaços de lazer que já conduziam a determinados valores daquele território. Utilizam-se de elementos artísticos embasados no muralismo, nos museus e na arquitetura do território para alavancar um turismo local aos novos frequentadores. Exemplo de narrativa desse chamarisco ao local é narrado por um empreendedor a seguir:

Eu acho que ele [referindo-se ao Distrito Criativo], não totalmente, mas em boa parte ele acaba atraindo pessoas e negócios que tem essa vontade de fazer algo pela cidade. Então, acaba que boa parte dos empreendimentos ali, além de se preocuparem com seu fluxo de caixa, com seu RH. Eles também já chegam com a preocupação sobre o território. De escolher ir para o 4º Distrito pra fazer parte desse movimento de mudança. Acho que quem aluga imóvel lá pra colocar um restaurante, por exemplo, nas mais das vezes não é uma pessoa que tá pensando o restaurante simplesmente como uma fonte de receita e um cálculo. É a pessoa que aluga por que gosta dessa ideia de qualificar o território e quer fazer parte disso. Então ele como causa e como consequência ele acaba unindo o empreendimentos nesse interesses comum assim.

Os criativos, portanto, acabam sendo empreendedores mais fixados ao território do 4D, além de criar vantagens comparativas para o seu desenvolvimento a partir dos locais. Exemplos de eventos produzidos pelo Vila Flores e o Distrito C com a vizinhança são inúmeros. Podemos citar: Palco Giratório, Projeto Simultaneidades, Virada Sustentável, Deslocamentos 4D, TransverCidade, Rendez-vue e Conexões Globais, eventos culturais que fomentam debates e discussões sobre as transformações urbanas da região. São nesses eventos que os criativos se posicionam como mediadores de diferentes agentes interessados no 4D: universidades, prefeituras, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, associação de moradores. Portanto, acabam por ter um posicionamento de maior criticidade aos investimentos no território, que não passam por debate e participação popular. Mesmo que, com resistências, tentam atrair os diferentes agentes cujas posições são divergentes para tentar construir pontos de convergência nos projetos



articulados do 4D, mantendo seus interesses de alavancar a região para um espaço de melhor qualidade de vida.

## Subjetividade inovadora

No que se refere às subjetividades empreendedoras inovadoras, entendemos toda uma vasta gama de agentes que decidiram apostar com seus negócios no território do 4D, com uma atenção especial a atores sociais que tenham uma cultura de empreendedorismo familiar e/ou que tenham um processo formativo na área da inovação. Exemplos de subjetividades inovadoras e suas relações com o território do 4D podem ser apresentados através das relações/percepções destes agentes com algumas áreas específicas dessa região, como a Avenida Voluntários da Pátria. Embora ainda marcado pelo processo de desindustrialização, hoje esse território apresenta novas características sociodemográficas como a presença Vila Santa Terezinha e de muitos galpões de reciclagem, sendo uma das partes mais controversas do 4D.

Nesse sentido, ruas como a Avenida Voluntários da Pátria são percebidas como obstáculos para os inovadores, na medida em que seriam mais inseguras e degradadas, fazendo com que a imagem de inovação trazida por seus empreendimentos encontre, nas ruas, as contradições de sua própria instalação na região. O que ocorre é que ao invés de investirem em tais territórios, os empreendimentos preferem focalizar em outras regiões do 4D, como aquelas pertencentes ao Distrito Criativo, os entornos de regiões de entretenimento, como o Circuito Cervejeiro ou aquelas mais destacadas por projetos do Pacto Alegre. Por outro lado, no entanto, em uma *live* sobre empreendedorismo na região<sup>5</sup>, uma jornalista aponta essa relação dos empreendedores com esse território como

O que mais me encanta no 4D é essa capacidade dos empreendimentos transformarem os prédios que eles ocupam e dar uma nova vida para o lugar! No 4D os empreendedores não demoliram nada... são empreendedores sem trator. Se a Voluntários te dá uma sensação ruim... os empreendimentos estão mudando isso. Os empreendimentos resgatam a essência e a história do bairro e isso é uma volta ao passado porque ali já

---

<sup>5</sup> Durante o período de pandemia e necessidade de isolamento social muitas *lives* sobre empreendedorismo e o 4D aconteceram em plataformas de redes de mídias sociais.

foi a principal região de negócios da cidade! Então não é fake, é revitalização através das iniciativas empreendedoras.

O movimento de aglomeração de empreendimentos de inovação na região é comemorada e incentivada pelas administrações municipais, através da criação de fundos de inovação e isenções para tais empreendimentos. O atual prefeito, por exemplo, ao falar do atual Programa +4D para a região, evidenciou que o movimento de resgate do “potencial da região” partiu dos próprios empreendedores inovadores e que, caberia ao poder público a viabilização do desenvolvimento do território, seja para moradores, seja para futuros trabalhadores inovadores e criativos (Tomasi, 2021b).

Alguns exemplos de empreendedores inovadores, que chegaram posteriormente à consolidação do Distrito C, são a Fábrica do Futuro, no bairro Floresta, o Nau Live Spaces, no São Geraldo, e o Instituto Caldeira, no bairro Navegantes. Estes espaços são caracterizados como *coworkings* e associados a ambientes de ecossistemas de inovação. Eles mantêm relações profícuas com a prefeitura de Porto Alegre, ao mesmo tempo que atraem investimentos e *marketing* urbano para a cidade e para a região do 4D. Os três empreendimentos, instalados em grandes estruturas e que envolvem grandes investimentos, passaram a receber e promover eventos e encontros que disseminam uma “cultura startup” no município, cujas características apontam para a colaboração e agilidade como marcas de uma nova estrutura organizacional de trabalho disseminada por empresas de tecnologias e inovação.

A Fábrica do Futuro (FdoF) é fruto de uma transformação de uma fábrica de enfeites natalinos de Porto Alegre, atualmente com 4000m<sup>2</sup>, por parte de seus filhos herdeiros, para gerar um “ecossistema de inovação e empreendedorismo que busca promover um ambiente saudável para o nascimento e crescimento de boas ideias e grandes empresas em Porto Alegre” (Fábrica do Futuro, 2022). Enquanto um *coworking* de alta qualidade, envolvendo diferentes estruturas e sediando um dos mais qualificados estúdios de música da América Latina, o Áudio Porto, foi aclamada pela mídia como grande disseminadora da inovação na região do 4D, recebendo, inclusive, o Diploma Honra ao Mérito pela Câmara Municipal de Porto Alegre (Fábrica do Futuro recebeu..., 2019), pois “não apenas traz o que existe de mais avançado no mundo para Porto Alegre, como leva nossa Capital e a região para o centro do palco mundial das inovações” (Idem).

O Nau Live Spaces, por sua vez, é um complexo de cerca de 3000m<sup>2</sup>, antes o Clube Gondoleiros - tradicional clube de social e recreativo de imigrantes italianos famoso por seus bailes carnavalescos - que foi reformado por investidores imobiliários e transformado por duas irmãs em um arrojado espaço de *coworking*, com o objetivo de “democratizar a inovação e apoiar as empresas para os desafios do presente, mas principalmente do futuro” (Nau Live Spaces, 2022). A relação entre a Prefeitura e o Nau Live Spaces também são de proximidade, e pode ser exemplificada nos projetos Hands on 4D e Living Lab, do Pacto Alegre. O primeiro trata de um projeto de revitalização criativa do 4D, com o objetivo de desenvolver intervenções urbanísticas no território, enquanto o segundo trata do teste de novas tecnologias: ambos incorporariam as quadras do entorno do *coworking*.

Por fim, o Instituto Caldeira é um dos mais comemorados e destacados ecossistemas de inovação, instalado em uma área de 22.000 m<sup>2</sup> de um antigo complexo industrial da AJ Renner transformado, por suas 42 empresas fundadoras, em um espaço “destinado para atividades relacionadas à inovação e à nova economia, além de ser sede de empresas e operações de pesquisa, tecnologia e inovação” (Instituto Caldeira, 2022). O empreendimento se destaca, sobretudo, por se tratar de um dos projetos do Pacto Alegre que hoje sedia a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDET) da capital, pois, conforme argumenta o antigo responsável pela secretaria, “com o rápido avanço da tecnologia, não é mais possível trabalhar pelo desenvolvimento econômico de uma cidade sem ter um olhar muito atento para a inovação. Integrar o poder público com esse ecossistema é um passo importante para Porto Alegre” (Tomasi, 2021)

Tais empreendimentos possuem grandes investimentos, seja proveniente de recursos familiares, seja de investidores, como empresas que desejam tornar-se âncoras para atração tanto de outros investimentos, como de *startups*. A existência destes empreendimentos inovadores na mesma região agiu como um componente fundamental para a criação dos fundos de inovação e dos incentivos fiscais para a implementação de empresas de base tecnológica no 4D, bem como a própria imagem do 4D como o potencial distrito de inovação da cidade de Porto Alegre. A seguir, são apresentadas imagens destes locais (Figura 3), que nos mostra a sua ampla área, de destaque na região.

Agentes de subjetividades inovadoras são os maiores responsáveis por uma corporatização (Harvey, 1989) do território por relações de financeirização (Brenner, 2020) articuladas através de redes global-local e parcerias público-privadas. Muitos destes agentes inseridos no 4D não tinham um vínculo com essa região antes dela ser idealizada

como em ecossistemas de inovação na cidade de Porto Alegre. Nesse contexto, é notável que o território possuidor de grandes galpões desativados e baixa densidade populacional, torna-se atraente para alguns setores do campo da inovação, como os ligados aos *coworkings*, aceleradoras e incubadoras de *startups*. E além do mais, por sua posição conectada em rede, associa a região do 4D para projetos como outros distritos criativos e inovadores pelo mundo, como o Vale do Silício, na Califórnia e o Distrito 22@ de Barcelona, sucessivamente citados em eventos de inovação na cidade.



Figura 3. Ambientes inovadores no 4D. Fonte: acervo dos autores, 2021.

Existe, portanto, uma identificação entre a região e a inovação, como uma vocação, que não aparece apenas em projetos (como Masterplan, Programa +4D, Pacto Alegre, etc) e discursos, como também a partir da iniciativa dos próprios empreendedores, conforme afirmou um interlocutor, se existe um lugar em Porto Alegre para a inovação, *teria que ser* o 4º Distrito. Já outro interlocutor percebe que "uma das formas de inovar é desenvolver a região onde está inserido". Nesse sentido as subjetividades inovadoras são aquelas que idealizam o desenvolvimento para o território vinculadas a ideia de novas formas de trabalho e colaboração. Estes modelos de desenvolvimento não são neutros e buscam ampliar a perspectiva neoliberal de planejamento urbano (Arantes, 2006) realizando uma articulação entre mercado e formas de governança.

Atraindo jovens empreendedores e empresas âncora, tais empreendimentos ganharam proeminência na agenda pública da cidade, fomentando uma governança urbana em torno da inovação em que empresas, setor público, universidades e sociedade civil se organizam para aplicar a inovação e a cultura startup no município, como exemplifica o posicionamento do atual prefeito que centraliza a inovação na agenda

urbana da cidade. Segundo o prefeito, em evento observado pelos pesquisadores, seria necessário investir em cursos e eventos para promover “mudanças de mentes”, na medida em que a inovação só seria possível através de “pessoas inteligentes”.

Essa fala remete a como as subjetividades inovadoras estão não só modificando a paisagem do território de Porto Alegre e auxiliando nas propostas de projetos para a áreas, como também estão inseridas por dentro do setor público, se materializando na agenda de desburocratização da máquina pública que demonstra que “a prefeitura é amiga do empreendedor” e que deseja construir um ambiente “favorável aos negócios”, sobretudo de inovação, tendo como objetivo transformar Porto Alegre em referência de *smart city*, cidade inovadora e cidade das *startups*.

## Subjetividades Empreendedoras Criativas e Inovadoras: aproximações e distanciamentos

Através dessa descrição de subjetividades criativas e inovadoras buscamos seguir nosso problema central nesse texto e estabelecer aproximações e distanciamentos entre as mesmas. Essa comparação se apresenta como importante pela melhor delimitação do público que fomenta e frequenta territórios como o 4D, que é heterogêneo e apresenta distintas perspectivas sócio-políticas, mas também converge em vários sentidos, como no capital familiar investido nos empreendimentos. Cabe dizer que o movimento que foi e está sendo pensado enquanto política urbano-econômica-cultural para o 4D se trata de um movimento global já experimentado por outras metrópoles como Baltimore (Ponzini; Rossi; 2010), Barcelona (Charnock; March; Ribera-Fumaz; 2021), entre outras.

Esse movimento urbano vai em direção a atração de subjetividades criativas e inovadoras de uma classe criativa (Florida, 2005), que tem como característica o talento, a tecnologia e a tolerância. Essas três características aliadas levariam as cidades, e seus distritos criativos e inovadores, em direção a um maior desenvolvimento social, artístico, tecnológico e, principalmente, econômico. Contudo, as teorias da classe criativa de Richard Florida, assim como a da Cidades Criativas de Charles Landry, já foram extensivamente questionadas, principalmente no que se refere aos impactos das “políticas da criatividade” em territórios imaginados como criativos e inovadores (Mould, 2018; Vanolo, 2013; Abalos Junior, 2022). Dentre tais consequências estaria a curiosa contribuição destas políticas em prol do desenvolvimento tecnológico e criativo para o

enobrecimento de regiões, o que resultaria em uma questionada gentrificação (Zukin, 1989).

Apesar dessas semelhanças entre os inovadores e criativos, percebemos diferenças nas abordagens destes empreendedores, quando comparados a sua atuação *in locus* no 4D em Porto Alegre. Na pesquisa, percebemos uma distinção considerando o seu histórico nos bairros, a sua relação com a vizinhança, o seu posicionamento com o poder público, as distintas preocupações com o investimento, a espacialidade e a territorialização, a forma de projeção na cidade e o *marketing* em que eles se relacionam. São as subjetividades criativas e inovadoras comparadas e sintetizadas no quadro a seguir, que trazem esse pioneirismo na relação com o território do 4D, em suas particularidades de atuação.

**Tabela 1.** Comparação Criativos e Inovadores no 4D.

	Empreendimentos Criativos	Empreendimentos Inovadores
Relações com vizinhança	Inserção	Desafio
Posicionamento ao poder público	Acompanhamento relativo	Integração com a administração
Investimento	Capital econômico familiar/ Procura de editais culturais	Capital econômico familiar / Acesso a fundos de inovação
Espacialidades	Floresta	Disseminados
Territorialização	Objetivam usar o território de forma adaptativa às novas economias urbanas	Objetivam modificar o território de maneiras disruptivas às novas economias urbanas
Projeção da cidade	Porto Alegre como Cidade Criativa	Porto Alegre: Smart City ou Startup City
Marketing Urbano	Territórios Criativos	Ecossistemas de Inovação e de tecnologia

**Fonte:** Elaborada pelos autores, 2021.

Para tanto, os empreendedores criativos do 4D denotam uma experiência mais aglomerada no bairro Floresta, em sua maioria utilizando-se do patrimônio dos pequenos sobrados, por isso, tem seus investimentos ligados a economias familiares e alguns, de maior importância, já consolidam seus centros multiculturais com o financiamento por editais de cultura provindos do estado do Rio Grande do Sul, de autarquias federais ou de projetos internacionais. Por outro lado, os inovadores estão em grandes galpões disseminados pela região por necessitarem de áreas maiores e tiveram necessidade de grandes investimentos, provenientes principalmente do capital econômico familiar ou de fundos de inovação privados.

Outra distinção entre os criativos e inovadores está na sua relação com a vizinhança que repercute na territorialização ao 4D. Enquanto os criativos têm uma inserção maior e objetivam usar o território de forma adaptativa às novas economias urbanas, os inovadores veem a vizinhança como um desafio ainda a ser integrado e têm como objetivo modificar o território de maneira ‘disruptiva’ às novas economias urbanas. Afinal, são estes empreendedores criativos e inovadores que fortalecem e fomentam ideias atreladas a projetos de empreendedorismo urbano na cidade e se utilizam das paisagens vernaculares para atração de público consumidor, cada qual com objetivos e olhares distintos.

Apesar de ambos terem uma postura de agente econômico, eles constroem relações e ligações diferentes, sobretudo na perspectiva de governança urbana. Os criativos prospectam o 4D a partir de uma agregação de valor ao território cuja cultura local tem papel crucial como diferencial para o processo de desenvolvimento estético e funcional de atratividade turística, preservação do patrimônio histórico e criação de redes com estímulo à participação social. Estes elementos compõem os ideais da cidade criativa em que o Distrito C e o Vila Flores, por exemplo, atuam para produção de espaços de fomento de pequenos empreendimentos, feiras e shows. Neste sentido, o direcionamento para a criação de um ‘território criativo’ torna-se um novo atrativo turístico inserido *em* Porto Alegre. Por outro lado, os inovadores caracterizam-se por seus vínculos com a administração pública municipal para projetos urbanos que tenham como horizonte a inserção no fluxo de mercado de tecnologia e de informação. Estabelecem assim uma relação direta com seus ideais de *smart cities* (Clark, 2020) e cultura *startups* para construir uma nova economia urbana ao local, interligando-se diretamente a governança urbana *da* cidade de Porto Alegre.

Como já citado anteriormente, existiria, portanto, uma relação profícua entre as últimas administrações municipais e tais empreendimentos inovadores, em que ambos incentivam transformações no território do 4D para criar um ecossistema de inovação, bem como da agenda urbana local, que passou a apropriar-se de uma “cultura da inovação” e “cultura startup”. Além disso, o marketing urbano passa a ser direcionado para a construção da imagem de “cidade inovadora” e “cidade inteligente”, pois seria “amiga do empreendedor”, sobretudo aquele proveniente do campo da inovação. Nesse sentido, podemos identificar o projeto “Cidades das Startups (Startup city)”, que objetiva “tornar Porto Alegre líder nacional e referência internacional na geração de negócios inovadores (startups)” (Pacto Alegre, 2022), como um marco desse processo.



A presença e influência desses empreendimentos inovadores na governança urbana de Porto Alegre, em especial do 4D, consolida-se na organização do Pacto Alegre, cujos princípios estão no que denomina Vainer (2000), dos neoplanejadores, que se espelham na empresa enquanto unidade de gestão e negócios para modificar a cidade. Tem uma postura que tem como horizonte o mercado e tomada de decisões que criam expectativas no e pelo mercado (Vainer, 2000) e por isso atraem distintos investimentos imobiliários, financeiros, de infraestrutura e, mais recentemente, do entretenimento, o que acarreta na atratividade de determinado perfil profissional e de consumidor. E dessa miscelânea que os criativos e inovadores do 4D se misturam na nova composição da paisagem, apesar de ter abordagens diferenciadas e que recriam a heterogeneidade num território em transformação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte espacial da pesquisa foca na revitalização urbana de Porto Alegre, com destaque para o território do 4D. O 4D é idealizado como um território promissor para a cidade criativa e a Smart City. Empresas de tecnologia e inovação se concentram no 4D, promovendo novas dinâmicas de trabalho e atraindo investimentos públicos e privados. O local também se tornou um centro de entretenimento. Projetos na região visam posicionar Porto Alegre globalmente, incentivando a inovação, criatividade e digitalização da administração pública. A presença dos empreendedores criativos e inovadores no 4D transforma a paisagem urbana e impulsiona a economia. O território está sendo remodelado para se tornar uma "cidade empresarial", atraindo investimentos e promovendo o empreendedorismo urbano. Essa transformação está alinhada à governança urbana da cidade, que busca projetos eficientes e adequados às novas práticas de empreendimento. A presença dos empreendedores criativos e inovadores visibiliza uma nova condição urbana em Porto Alegre, impulsionando o rebranding da cidade. A readequação do espaço do 4D é prioridade em articulações políticas, atração de investimentos e recuperação econômica.

## REFERENCIAS

ABALOS JUNIOR, José Luís (2022). A vida nas paredes pobres: etnografia processos visuais em contradição. In: *Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia*. Niteroi, v. 54, p. 411-434.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (2000). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes.

ARANTES, Pedro Fiori (2006). “O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades”. *Pós - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, n. 20, p. 60-75.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève (1999). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid, Gallimard.

BRENNER, Neil (2020). “Máquinas de crescimento urbano-mas em que escala?”. In: QUEIROZ, Luiz César (org). *As metrópoles e o capitalismo financeirizado*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles.

BRIDGE, Gary (2001). Estate agents as interpreters of economic and cultural capital: the gentrification premium in the Sydney housing market. *International Journal of Urban and Regional Research*, Cardívio (Pais de Gales), v. 25, n. 1, p. 87-101.

BROWN-SARACINO, Japonica (2013). *The gentrification debates: a reader*. Nova York. Routledge.

CHARNOCK, Greig; MARCH, Hug; RIBERA-FUMAZ, Ramon (2021). From smart to rebel city? Worlding, provincialising and the Barcelona Model. *Urban Studies*, York, Reino Unido, v. 58, n. 3, p. 581-600.

CLARK, Jannifer (2020). “Smart cities as the new urban entrepreneurship”. In: CLARK, Jannifer. *Uneven Innovation: the work of smart cities*. New York, Columbia Smart Press.

Fábrica do Futuro recebeu Diploma Honra ao Mérito da Câmara Municipal de Porto Alegre. PORTAL PRESS (2019). Disponível em: <<http://revistapress.com.br/jornal-da-capital/fabrica-do-futuro-recebeu-diploma-honra-ao-merito-da-camara-municipal-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 28 de julho de 2022.

FÁBRICA DO FUTURO (2022). Disponível em: <<https://fabricadofuturo.com/>> . Acesso em 28 de julho de 2022.

FLORIDA, Richard (2005). *Cities and the creative class*. Nova York, Routledge.

FORTES, Alexandre (2004). *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Porto Alegre, Garamond.

FRANK, Bruno José Rodrigues; YAMAKI, Humberto Tetsuya (2018). “A Paisagem Vernacular Segundo Perspectivas de Sauer, Hoskins e Jacksoni”. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, nº 19, pp. 245-256.

HARVEY, David (2001). *A Produção Capitalista Do Espaço*. Londres, Annablume.

HARVEY, David (1989). From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler: series B, human geography*, v. 71, n. 1, p. 3-17.

INSTITUTO CALDEIRA (2022). Disponível em: <<https://institutocaldeira.org.br>> . Acesso em 28 de julho de 2022.

LANDRY, Charles (2005). *Creativity and the city: Thinking through the steps*. Londres, Urban Reinventors Paper Series.

LEY, David (2010). “Introduction: Restructuring and dislocations.” In: BROWN-SARACINO, Japonica. *The Gentrification Debates*, New York, Routledge,

LLOYD, Richard (2010). “Neo-bohemia: Art and commerce in the postindustrial city”. In: BROWN-SARACINO, Japonica. *The Gentrification Debates*. New York, Routledge.

LOGAN, John R.; MOLOTCH, Harvey (1987). *Urban fortunes: The political economy of place*. Berkeley, Univ of California Press.

MARX, Vanessa; ARAÚJO, Gabrielle Oliveira de; SOUZA, Vitoria Gonzatti de (2021). Relação global-local e transformação urbana no 4º distrito de Porto Alegre. *Revista Política e Planejamento Regional*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 2, pp.273-296.

MATTAR, Leila Nesralla (2010). *A modernidade em Porto Alegre: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4º Distrito*. Tese de Doutorado. Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MELE, Christopher. (2000). *Selling the Lower East Side: Real Estate, Culture, and Resistance in New York*. Minneapolis, University Of Minnesota Press.

MOULD, Oli. (2018). *Against creativity*. Londres, Verso Books.

NAU LIVE SPACES (2022). Disponível em: <<https://nau.live/>>. Acesso em: 28 de julho de 2022.

NTU-UFRGS - Núcleo de Tecnologia Urbana (2017). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *MASTERPLAN 4D: Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre*, Porto Alegre.

PACTO ALEGRE (2022). Disponível em: <<https://pactoalegre.poa.br/projetos/4o-ciclo-de-projetos-cidade-das-startups-startup-city>> Acesso em: 19 de julho de 2022.

PONZINI, Davide; ROSSI, Ugo (2010). Becoming a creative city: The entrepreneurial mayor, network politics and the promise of an urban renaissance. *Urban studies*, York, Reino Unido, v. 47, n. 5, p. 1037-1057.

ROLNIK, Raquel (2017). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo Editorial.

SILVA, Luiz Henrique Apollo da (2019). *Reestruturação urbana do bairro Floresta: uma vitrine para o projeto de cidade criativa de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TOMASI, Manoela (2021b). *Programa +4D busca acelerar desenvolvimento do 4º Distrito*. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/programa-4d-busca-acelerar-desenvolvimento-do-4o-distrito>> Acesso em: 18 de julho de 2022.

TOMASI, Manoela (2021). *Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo será transferida para Instituto Caldeira*. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/smdet/noticias/secretaria-do-desenvolvimento-economico-e-turismo-sera-transferida-para-instituto>>. Acesso em: 19 de julho de 2022.

VAINER, Carlos. “Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano”. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, São Paulo, Vozes.

VANOLO, Alberto (2013). Alternative Capitalism and Creative Economy: the Case of Christiania. *International Journal of Urban and Regional Research*, Londres, v. 37, n. 5, pp. 1785-1798.

ZUKIN, Sharon (1993). *Landscapes of power: from Detroit to Disney World*. Berkeley, University of California Press, 1993.

ZUKIN, Sharon (1989). *Loft living: Culture and capital in urban change*. New Brunswick, Rutgers University Press.

ZUKIN, Sharon (1996). Paisagens pós-modernas urbanas: mapeando cultura e poder. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, pp. 80-103.

# A revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa: as Famílias Ribeirinhas do Porto do Capim, Centro Histórico de João Pessoa, Brasil

## Autoras:

### Maria de Lourdes Soares

*Doutora, Professora Titular,  
Universidade Federal da Paraíba  
(UFPB)*

### Maria José das Neves Silva

*Mestre em serviço social, professora  
da Universidade Federal da Paraíba  
(UFPB)*

DOI: 10.58203/Licuri.21026

## Como citar este capítulo:

SOARES, Maria A revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa: as Famílias Ribeirinhas do Porto do Capim, Centro Histórico de João Pessoa, Brasil. In: SOARES, Maria de Lourdes (Org.). **Teias Urbanas: Estratégias de Sobrevivência, Transformação e Inovação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 84-94.

ISBN: 978-65-85562-10-2

## Resumo

As Revitalizações dos centros Históricos da cidade de João Pessoa, Projeto na área tradicional, se deparam com a Comunidade Ribeirinha, o Porto do Capim. Este trabalho trata da reconstrução do harmonioso conjunto arquitetônico e paisagístico para reaproveitamento de incomparável valor histórico, paisagístico e beleza. A reconstrução arquitetônica e paisagística expressava considerar antigos moradores, no sentido de melhorar sua condição de moradia e de vida. Através de pesquisa documental e campo, foi trabalhado o transcurso do projeto, com ações de restauração dos prédios semidestruídos através da Oficina Escola e até a profissionalização de jovens e adultos da localidade (eletricistas, bombeiros, pintores, jardineiros, etc) para geração de emprego e renda. O estranhamento dos moradores foi em relação a proposta de remoção de famílias localizadas das margens do rio, consideradas "em risco", para assentamento em "local mais adequado" e distanciado. A proposta de remoção dos moradores desconsiderou a condição de Sociedade Ribeirinha do Porto do Capim, nos aspectos culturais, econômicos, religiosos e sociais. Quando os moradores reagiram, particularmente relativo as intenções das ações de relocação e assentamento das famílias situadas nas margens do rio, considerada área de risco, para local "mais adequado" e distante, sem considerar as especificidades do papel das famílias e a sobrevivência e as relações tecidas na localidade importantes da preservação da natureza, da histórica e da cultura.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Comunidade. Restauração.

## INTRODUÇÃO

No Projeto grandioso e ousado de Preservação do Patrimônio Cultural do Centro Histórico de João Pessoa, a reconstrução do harmonioso conjunto arquitetônico e paisagístico com reaproveitamento de espaços de incomparável beleza e utilidade, considerar a presença dos moradores e trabalhadores dos diversos aglomerados deste privilegiado espaço, em especial o aglomerado Porto do Capim.

O Projeto construído com participação da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa iniciou em 1987, gerido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Instituto Patrimônio Histórico Artístico do Estado Paraíba (IPHAEP), além da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado da Paraíba. Com ações voltadas para o planejamento das ações de preservação e revitalização da área tradicional da cidade abrangendo uma área de 117 he, que dizia privilegiar antigos moradores preservando e valorizando as raízes culturais e o patrimônio natural da localidade, melhorando as condições de vida destes.

O projeto trabalhou na restauração e reconstrução de prédios semidestruídos e de moradias, atividades associadas as ações de inclusão, através da Oficina Escola<sup>1</sup>, com profissionalização (eletricistas, bombeiros, pintores, jardineiros, etc), que gerasse emprego e renda para jovens e adultos. O Plano Estratégico do Projeto no Centro Histórico, com suas 26 ações, recuperou o Hotel Globo, a Igreja São Pedro Gonçalves e São Bento, as Praças Antenor Navarro, São Francisco e Dom Adalto, o Correto da Praça Venâncio Neiva, a Casa da Rodrigues de Aquino e tantos outros. Mas o Projeto além da recuperação de antigos imóveis deveria levar em consideração especialmente a recuperação do ambiente natural, histórico e cultural desse espaço. Nesse contexto a presença de aglomerados pobres, diversificados, como o do Porto do Capim, complexificou a implementação do projeto quando foi colocada a proposta de remoção das famílias. Quando provocou o estranhamento dos moradores particularmente relativo as intenções das ações de relocação e assentamento das famílias situadas nas margens do rio, considerada área de risco, para local "mais adequado" e distante, sem considerar as especificidades do papel das famílias e a sobrevivência e as relações tecidas na localidade.

---

<sup>1</sup> Criada em 1991, como Programa pioneiro no Brasil para profissionalizar jovens restauradores provenientes de famílias pobres, vem sendo referência nacional

## METODOLOGIA

### O agrupamento Porto do Capim da Cidade de João Pessoa

O Porto do Capim, agrupamento situada às margens do Rio Sanhauá, estuário do Rio Paraíba, local onde se originou a cidade, tem essa denominação por se situar inicialmente em local de descarrega do curso do rio, de capins e de bambus (ração) utilizados na alimentação de animais, geralmente burros de carga do quartel do exército e de tração dos bondes urbanos. E depois de mercadorias trazidas por embarcações que abasteciam a cidade.

Com a fundação da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (em 1585) o Porto do Capim, como um pequeno ancadouro - o Vavadoiro - para pequenas embarcações, se constituía em antigo e em único porto do Estado da Paraíba. Funcionando, até o início do século XX, como entreposto da região por possibilitar a conexão com o interior e outros estados. Neste predominava o transporte por embarcação, por serem as estradas inexistentes ou precárias. Funcionava como Porto comercial e comunitários que ligavam as margens as ilhas do estuário.

Em 1914, com a interrupção das obras como Porto Internacional, por causa das polêmicas técnicas e políticas, dada sua importância no comércio, para dar maior suporte a este foram abertas ruas e construídos prédios no local. Em 1935, o porto comercial foi transferido para o município de Cabedelo devido ao assoreamento do rio Paraíba, provocado pela expansão descontrolada da atividade canavieira e pelo crescimento das cidades em suas margens.

A partir da década de 30, com a construção do Porto no município de Cabedelo e a efetivação do transporte ferroviário de João Pessoa para esta cidade, as operações comerciais e financeiras vão passando para este espaço. Enquanto que, a partir dos anos 1940, o fim das atividades portuárias e das casas comerciais e de prestação de serviços a área historicamente conhecida como “Porto do Capim” foi gradualmente perdendo importância e as instalações abandonadas foram ocupadas por famílias de trabalhadores desempregados, pescadores, marisqueiros, catadores de caranguejo e outros trabalhadores que viviam do rio e do mangue, desde que a cidade fora fundada no século XVI (herdeiros da cultura dos povos Potiguara). A partir da década de 1940, com o porto desativado, a ocupação da área foi intensificada particularmente por famílias de antigos



trabalhadores e prestadores de serviços, diretos ou indiretos, bem como por pessoas que encontraram, nesse lugar, um espaço para construírem suas moradias e sobrevivência.

Nos anos 1960/70 com a defragação da crise agrária e a expulsão dos camponeses das terras, devido à expansão canavieira e à decadência da cotonicultura no agreste/sertão da Paraíba, intensificou-se o êxodo rural para a capital e outras cidades do estado. E ao longo de mais de sete décadas, a ausência de políticas públicas e do interesse imobiliário, possibilitaram que famílias carentes ocupassem o local, particularmente os prédios públicos como espaços de moradia e de comércio.

A proximidade do centro da cidade fez com que famílias se consolidassem no local, mantendo um forte vínculo com o território e com o mangue e o rio, em cujas ilhas alguns de seus membros praticavam agricultura familiar, ao mesmo tempo em que se consolidava também seu abandono pelo poder público, pois faltam creches, políticas de assistência à saúde, moradia digna para várias famílias e serviços públicos básicos como esgotamento sanitário e coleta regular de lixo.

O aumento de famílias que se estabeleceram e sobreviviam no local foi formando aglomerados intensamente habitados, como a Vila Nassau e o Porto do Capim. Situados estes em área de preservação permanente, próximo ao Rio Sanhauá, região de Mangue, com vegetação própria deste habitat. Situados no Varadouro, no centro Histórico de João Pessoa, PB, área de 117 há, foram formados aglomerados, com galpões desativados: antigo curtume, fábrica de gelo e prédio do arquivo e do almoxarifado da secretaria da receita do Estado, próximo da estação do trem e do terminal de Integração. Além de outros prédios, com estrutura edificada depredada refletindo o uso do espaço público, onde funcionavam residências, mercearias, oficinas, madeireiras, casas de material de construção, armazéns, depósitos, oficinas, marmorarias e galpões de reciclagens de papel e papelão.

Local do Centro dotado de expressivo acervo arquitetônico, artístico, histórico, cultural e paisagístico que passa por um processo de degradação e decadência, mas garantindo vida comunitária rica e pulsante que conferia condições de vida mínima aos moradores. Constituída de aproximadamente 250 famílias, 500 pessoas, de baixa renda e 375 residências geralmente em situação precárias. De taipa, de alvenarias ou palha, conjugadas e muito pequenas, com pequenos jardins murados ou cercados de varas, as habitações ribeirinhas se defendiam dos riscos das águas improvisando aterros e instalando

quintais ou alpendres que funcionam com espaço de trabalho, de lazer ou reuniões de amigos e familiares.

Aglomerado que aglutinou no geral pessoas de baixa renda, ligadas ao mercado informal, marcadas pela instabilidade, pela precarização e baixa remuneração “se agente não se mexer morre de fome”, “se comercio e as fábricas daqui, como as madeireiras, não querem empregar as pessoas do lugar temos que nos virar com o trabalho esporádicos e as virações (venda de material reciclável)”. Tendência preponderante nas últimas décadas que vem acentuado o subemprego e desemprego e, logo, a exclusão econômica, social e política das camadas mais pobres.

Os moradores convivendo com a terra, a fauna e a flora desenvolveram práticas econômicas sustentáveis compatíveis com a preservação do meio ambiente, além das atividades culturais, religiosos e sociais. Construíram relações com a localidade que conferiram características de comunidade tradicional (ribeirinha), uma vez que muitos vivem de atividades diretamente relacionadas com o rio e com as ilhas nele existentes. Atividades que constituem formas de sobrevivência dos moradores, como a pesca, a coleta de mariscos e caranguejos, além da navegação e da construção de barcos e outros instrumentos de pesca e conserto de canoas. “A gente pega os caranguejos no mangue aqui e vende na feira de Santa Rita. Se proibir aqui, a família não vai ter o que comer”, afirmou Severino. “Até as crianças pegam sururu e caranguejo para comerem, mesmo que digam que é carregado”. A pesca como atividades dos moradores, geralmente feita para consumo e para a venda do excedente, tem diminuído com o aumento da poluição, fazendo muitos homens buscarem trabalho na construção e no pequeno comercio (mercearia e fiteiro) e nos biscates, como venda de dimdim e de Cds e DVDs.

Para complementar a renda as famílias recebem benefícios dos Programas sociais do Governo Federal (bolsa família, BPC) e recebem o “pão e leite” do programa da pastoral que funciona na própria associação de moradores, tendo como responsável a Dona Maria Diogo (China). Falaram também que, na época da eleição, sempre aparece políticas oferecendo ajudas, como na eleição passada que um deputado e um vereador deram ajudas. Pediram o nome de unas vinte pessoas carentes e depois, chagaram num carro do Governo do Estado olhando a lista e chamando para distribuírem cheques no valor de cento e cinquenta reais, dizendo que depois da eleição o cheque família continuaria. Mas no aglomerado as ruas estão precariamente calçadas, possibilitando apenas o tráfego de

veículo de pequeno e médio porte. A mobilidade dos habitantes geralmente é feita a pé ou de transportes públicos, ônibus ou trem que passam próximo, considerados caros.

No aglomerado há água canalizada, energia elétrica e entrega de gás, coleta de lixo, mas não existe esgotamento sanitário por isso se observa esgotos a céu aberto, Também há uma Associação de Moradoras e um grupo de Pescadores e do patrimônio cultural brasileiro. Além de uma igreja Batista e uma Escola de Ensino fundamental, Padre João Félix, funcionando precariamente, pela manhã e tarde, da alfabetização a segunda série, com um total 53 alunos, com merenda escolar, e a noite com alfabetização de 30 adultos.

Os moradores utilizam os serviços que funcionam próximo: uma Unidade do Programa de Saúde da Família (PSF), uma creche Petrolina Maria de Jesus (programa Vida Criança), inaugurada em Dezembro de 1994, que atende 60 crianças 2 a 6 anos de 07 às 17 horas, constituída de cozinha, duas salas de aula, banheiro, sala de coordenação, área recreativa, dormitório e vestuários para 22 crianças e funcionários. E oferece quatro refeições e orientação aos pais sobre violência.

Sobre a moradia na localidade, a maior satisfação é por ser perto do centro e pela tranquilo, pois as pessoas classificam o local como simples, calmo e tranquilo "o melhor do mundo para viver", com pouca incidência de violência e baixo índice de violência e geralmente cometidos por pessoas de fora que procuram o local para se esconderem". mas a colocam que a ronda policial passar exploradicamente na comunidade.

Os moradores destacam que, como maior núcleo residencial do Centro histórico da cidade, o aglomerado merece atenção especial e urgente. Pois, os prédios residenciais e comerciais vêm passando por processo acentuado de depredação devido os moradores residentes sobreviverem de maneira precária, entre a pobreza, a exclusão, o abandono. Embora o meio ofereça um grande potencial para a pesca, o artesanato, a gastronomia típica, o turismo, de forma sustentável.

O vínculo com rio, patrimônio cultural importante da história da cidade, ajuda na sobrevivência e particularmente possibilitou a maior Festa da Imaculada Conceição, com novenários, missas e a procissão marinha, com apoio somente de ONGs. Esta sai da igreja São frei Pedro Gonçalves, Cidade Histórica, parte alta, desce com destino ao trapiche, no Porto do Capim, e embarca até a ilha da Santa. Também no local é celebrado as festas regionais de S. João e S. Pedro, com comidas, quadrilhas e forró Pé de Serra. E através do programa social Ciranda, culturalmente a localidade é assistida por vários projetos

culturais de festas religiosas. Além destes lazeres os jovens participam de eventos na parte alta do Centro Histórico e nas áreas vizinhas. As crianças gostam de jogar futebol em campo improvisado no “Sítio da Nassau”.

As atividades do projeto iniciaram com visitas a localidade para conhecer melhor tanto os aspectos físicos quanto humanos, com uma exaustiva pesquisa: levantamento histórico e cadastral da ocupação da área para auxiliar na proposição de um zoneamento de uso e ocupação do solo e para identificação das áreas de interesse ambiental. Associadas a essas atividades foram desenvolvidas reuniões com a população local e com técnicos\instituições envolvidos e discussões com os planejadores das ações “de revitalização e de preservação da área, assim como de relocação de moradores em “situação de risco” e próximas das margens do rio Sanhauá.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto de Restauração e Revitalização, a Proposta de Remoção e a Resistência das Famílias do Local

Em 2007 tombamento do centro histórico de João Pessoa pelo IPHAN, desde meados dos anos 1980, no entanto, a região tornou-se foco de atenção de projetos de exploração turística e comercial. Esse interesse aprofundou-se depois. e, mais recentemente, pela existência do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC/Governo Federal/Prefeitura Municipal. Desde então, a comunidade tem vivido sob o risco de remoção, com o poder público alegando que “precisa devolver o Porto à cidade” e que para isso, seria necessário remover os moradores que seriam responsáveis, entre outras acusações, pela degradação ambiental da área. O argumento não se sustenta porque a vida cotidiana da população e suas relações com o rio/manguezais resultaram na preservação dos mesmos (que estavam destruídos/degradados por obras mal sucedidas durante a reforma do porto nos anos 1920) e também na coesão da vida comunitária. O Projeto de Restauração e Revitalização, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento, Centro Histórico (PACCH), do governo federal, dispunha de R\$ 1 bilhão para financiamento de revitalização em 44 cidades brasileiras que possuem Centro Histórico. Este previa a restauração e revitalização total da área onde nasceu a cidade, o Centro Histórico. Para a construção do ‘Complexo Porto do Capim’ previu limpeza do Rio Sanhauá, construção de ‘Praça de Eventos Porto do Capim’, com capacidade para 60 mil pessoas, para realização das

festividades da capital que reuniriam público numeroso, como a programação do São João e da Festa das Neves. Além da construção de um píer para a chegada de barcos e da revitalização e reutilização de prédios históricos, tais como o ‘Conventinho’, o Hotel Globo, a antiga Alfândega, a ‘fábrica de gelo’ e a sede da Intendência. Nesses espaços a idéia era implantar museu da cidade, biblioteca pública e salas para realização de oficinas de arte e cultura.

Relativo aos aglomerados mais pobre, como o Porto do capim, o Projeto previa a remoção de 250 residências com localizações considerada de “área de risco”, nas margens do Rio Sanhauá, para novas residências, ora para local mais próximo ora para local distante, com projeto ‘Moradia Popular’. O estranhamento dos moradores foi em relação a retirada e remoção das famílias no local em que viviam há muitos anos, para local distante. Os moradores, alegando estarem nas imediações do Rio Sanhauá e próximo do Centro, “onde vão para todo canto a pé” e que muitos vivem do rio”. Alegam, pelo menos, “saírem para um lugar melhor e o mais próximo possível, respeitando as vizinhanças, com os quais mantiveram laços de amizade ao longo do tempo. Um lugar civilizado e com casas adequadas, pois o projeto original previa casas de 40 metros quadrados e no novo 60 metros quadrados. “Quero sair do mosquito, mas quero que Deus me abençoe, para eu ficar perto da minha vizinhança”, afirmou Maria da Penha”. Ela conta que, na década de 1970, a maior parte dos moradores do Porto do Capim trabalhava nas fábricas que funcionavam na área. “Meu pai trabalhava no curtume. Eu trabalhei na Saboaria de João Minervino. Trabalhava todo mundo aqui” (relatou a dona de casa). Outro problema apontado com relação ao projeto foi a falta de informação sobre as ações do projeto e de comunicação com os gestores.

A proposta dos moradores é que o projeto considere o conceito de desenvolvimento sustentável, a infraestrutura adequada e qualidade de vida dos moradores. Para tanto deve ser realizados estudos e/ou emissão dos laudos antropológico, arqueológico e ambiental necessários para projeto na área em questão. E que incorpore atividades de turismo comunitário dando sustentabilidade aos moradores.

Diante desta perspectiva os moradores se organizaram para reivindicarem alteração no projeto da prefeitura, de forma a considerar a participação dos moradores, a imperiosa necessidade de não desconstruir a estrutura da comunidade tradicional. Manter no local a maioria das habitações que não estão em área de risco e remover apenas as que se

encontram realmente em área de risco para locais próximos, garantindo infraestrutura e serviços, logo dignidade dos moradores como seres humanos e a qualidade de vida.

Para readaptação do projeto de restauração e “revitalização” do local onde se situa o aglomerado Porto do Capim, as reivindicações dos moradores são de levantamento socioeconômico e da realidade social dos antigos costumes e hábitos dos moradores, da diversidade do local, nos aspectos naturais, históricos e culturais e do potencial da localidade para comércio e serviços. Para acompanhamento das obras propõem formação de comissão, com participação direta de representantes legítimos dos moradores da localidade, além de especialistas e de entidades representativas dos poderes públicos comprometidos com a gestão compartilhada do espaço, comprometida com a história e o ambiente.

Nesse sentido se faz necessário a formação de comissão de garantia da realização de estudos e/ou emissão de laudos antropológico, arqueológico e ambiental considerando o desenvolvimento sustentável. Políticas embasadas na participação democrática e comprometidas com intervenções sustentáveis e na efetivação de direitos e garantia do bem estar das pessoas do local. De empreendedores de políticas urbanas e habitacionais voltadas para o bem coletivo e a socialização humana, além de moradias digna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto deve romper com o modelo de modernização que engendrou as cidades dos países periféricos, de urbanização voltada a atender as instituições financeiras, a chamada “urbanização dispersa” que induz a produção de espaços urbanos em áreas distantes das cidades, observadas por Harvey (2008). Políticas de austeridade nos gastos sociais que espoliam e expulsam os cidadãos de suas casas, de seus locais de sobrevivência, adversa a preservação da natureza, a história e a cultura local. Disputadas por grupos de especuladores imobiliários e comerciantes locais.

Pois, na realidade Projeto para transformar o centro Histórico de João Pessoa em núcleo turístico da cidade deve ser planejado e executado por técnicos especializados na criação de infra-estrutura necessária ao turismo histórico-cultural e ao ecoturismo. E para atender a vocação do espaço para habitação, comércio, turismo e eventos que valorizem o patrimônio natural, histórico e arquitetônico respeitando as atividades culturais locais,

particularmente relacionada ao rio, o antigo porto, ao Varadouro, a existência humana, aos habitantes ribeirinhos, nas suas atividades específicas nas margens do rio.

No Centro Histórico, no mangue do estuário do rio, a transformação das áreas do rio Paraíba em parque ecológico, deve utilizar trecho remanescente da área para atividades didáticas, de pesquisa e de lazer competitivo, mas considerando a geração de emprego e renda através da capacitação e profissionalização de mão-de-obra local voltada para a restauração e preservação de patrimônio. Com Oficina Escola, com calendário de Cursos de capacitação para jovens e adultos da comunidade. Com formação de restauradores e recuperadores de acervo cultural, além de eletricitas, pedreiros, pintores, jardineiros, para a criação de emprego e renda.

Os moradores dizem acreditar no Projeto da revitalização, Novo projeto adequado aos tempos atuais de experiência de gestão compartilhada, formada por entidades representativas dos moradores e poderes públicos, com criação de Comissão para discussão de novo projeto com participação direta de representantes legítimos (moradores) da Comunidade mas “sem desacomodar eles de seu lugar, “levando não sei nem pra onde”. Considerando a imperiosa estrutura de comunidade tradicional, mantendo as habitações que não estão em área de risco e removendo as que se encontram em área de risco para locais próximos e em condições de dignidade humana, priorizando a melhoria das condições de saúde, de educação, ampliando o acesso aos programas sociais dos moradores. Pois, os moradores da localidade e suas famílias não podem ser excluídos das ações de grande importância econômica e cultural nessa localidade do centro, pois “desejam sair apenas quando forem para o semitério” (Idosa moradora).

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, CLÁDIA DE MEDEIROS. Sistema construtivo para construção habitacional em lugares escalas. São Paulo, FAUUSP (Livro). 1984.

CABALLERO, ARACELI. Um triângulo muy viciado: consumo, pobreza, y deterioro ambiental. Manos Unidas, Madrd, (libro). 1997.

DIAZ, CARLO. **Hacia La Humanidad Nueva**. Conjería de Educación y Cultura de la junta de castilla Y León, Ayuntamiento de Valladolid, 1996. Massena, Rosa M. R. **O Tema habitacional. na Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD)**. (Texto para discusão nº. 895 Brasília: Publicações PEA. 2002.



HARVEY, DAVID. O ajuste espacial: Hegel, Von Thünen e Marx. In: Harvey, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, (livro). 2006.

HARVEY, DAVID. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, (livro). 2008.

RIBEIRO, LUIZ CESAR DE QUEIROZ. **Dos Cortiços aos condomínios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (livro). 1997.

SANTOS, CLÁUDIO H.M; CRUZ, BRUNO O. **A Dinâmica dos mercados habitacionais Metropolitanos: aspectos Teóricos e uma aplicação para a grande São Paulo**. (Texto para discussão n°. 713), Brasília: Publicações PEA. 2000.

TASCHENER, SUSANA P. **Habitação da pobreza: alternativa de moradia popular em São Paulo**:FAUUSP,1982.